

arquivo & administração

ORGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
V. 4 - nº 3 - dezembro - 1976

RELATÓRIOS SOBRE AS ATIVIDADES DO VIII CONGRESSO INTERNACIONAL
DE ARQUIVOS E DO SEMINÁRIO INTERAMERICANO SOBRE COOPERAÇÃO
REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE ARQUIVOS
Washington, 27 de set. a 1 de out. 1976

Clas. PER
Administração

RELATÓRIOS SOBRE AS ATIVIDADES DO VIII CONGRESSO INTERNACIONAL
DE ARQUIVOS E DO SEMINÁRIO INTERAMERICANO SOBRE COOPERAÇÃO
REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE ARQUIVOS

Washington, 27 de set. a 1 de out. 1976

DIRETORIA 1975

Presidente — Helena Corrêa Machado
Vice-presidente — Jucy Neiva
1ª Secretária — Regina Alves Vieira
2ª Secretária — Aclair Ramos de Oliveira
1º Tesoureiro — Wilma Schaefer Corrêa
2º Tesoureiro — Aurora Ferraz Frazão

CONSELHO DELIBERATIVO EM 1975

Marilena Leite Paes — até 1981
Wilma Schaefer Corrêa — até 1981
José Pedro Pinto Esposel — até 1981
Lourdes Costa e Souza — até 1979
presidente
Astréa de Moraes e Castro — até 1979
Helena Corrêa Machado — até 1979
— (art. 18 § 9º — estatutos)
Raul do Rêgo Lima — até 1977
Maria Luiza S. Dannemann — até 1977
Myrthes da Silva Ferreira — até 1977

SUPLENTES

Janine Resnikoff Diamante — até 1981
Maura Esândola Quinhões — até 1981
Gilda Nunes Pinto — até 1979
Celita Pereira Gondim — até 1976
Martha Maria Gonçalves — até 1977
Maria Amélia P. Migueis — até 1977

CONSELHO FISCAL EM 1975

Deusedith Leandro de Oliveira
Fernando Salinas
José Lima de Carvalho

SUPLENTES

Milton Machado
Jaime Antunes da Silva

V. 4 — nº 3 — dezembro — 1976

publicação da
Associação dos Arquivistas Brasileiros

Redação

Praça da República, 26 - Centro - ZC-14
20.000 - RIO DE JANEIRO - BRASIL
(endereço provisório) Tel. 252-2338

Diretor Responsável
Maria de La E. de España Iglesias

Diretora Técnica
Marilena Leite Paes

Secretária
Lourdes Costa e Souza

Colaboram nesta edição
G. Gangah

Nilsa Teixeira Soares
Regina Alves Vieira
Nicolau Abrantes
Lêda de Ticiano Walkner Naylor
Marcos Almir Madeira

Arte Final
Américo Cardoso

Impressão

GRÁFICA MEC EDITORA LTDA.
Av. Professor Manoel de Abreu, 850
V. Izabel - Tel. 248-1428
RIO DE JANEIRO

Correspondência: Arquivo & Administração
Praça da República, 26 - Centro - ZC-14
20.000 - RIO DE JANEIRO - BRASIL
os artigos assinados são de
responsabilidade dos colaboradores
e não expressam necessariamente
o pensamento da associação.

Permitida a reprodução de artigos
desta revista desde que seja citada a fonte.

periodicidade: quadrimestral

próxima edição: Abril 1977

distribuição: aab

desejamos permuta

deseamos permuta

nous desirons echange

We are interested in exchange



Nº 40358

SUMÁRIO

EDITORIAL	5
CARTAS	6
LA UTILIDAD ESPECIAL DE LOS ARCHIVOS EN LOS PAISES EN DESARROLLO. G. Cangah	7 a 9
RELATÓRIOS SOBRE AS ATIVIDADES DO 8º CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS E DO SEMINÁRIO INTERAMERICANO SOBRE COOPERAÇÃO REGIO- NAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE ARQUIVOS. Nilza Teixeira Soares	9 a 29
NOTÍCIAS	
Regina Alves Vieira	30 a 32
D. INEZ BARRETO CORREIA D'ARAUJO, INOVADORA E PIONEIRA Nicolau Abrantes	32 a 33
3º CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA	34 a 39
TESTEMUNHO.	
Leda de Ticiano Walker Naylor	40 a 41
CRÔNICA: ERRATA CORDIAL	
Marcos Almir Madeira	42

ARQUIVO & ADMINISTRAÇÃO. Rio de Janeiro, Associação dos
Arquivistas Brasileiros, 1972 —

v. 1 n.º 0 out. 1972
v. ilustr. quadrimestral

“Órgão oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.”

1. Associação dos Arquivistas Brasileiros, Rio de Janeiro.

2. Arquivos.— Periódicos.

CDD 025.171

EDITORIAL

Vozes proclamam a necessidade de mudar a denominação de Arquivo para outra que lhe dê foros de atividade moderna, de ciência nova. Uma denominação, dizem, que afete pessoas no sentido de prestígio para o órgão que porte título atraente, sofisticado e sobretudo que não contenha qualquer alusão ao velho substantivo.

Tentação compreensível, até certo ponto, pois é inegável que o vocábulo "Arquivo" ainda tem para o grande público o significado de depósito de papéis mais ou menos esquecidos, lugar parado, onde o esforço intelectual é pouco ou até mesmo nulo.

Mas estaria o problema de prestígio, de "status" do Arquivo resolvido por esse artifício? Seria um problema de rótulo?

À procura de respostas, lembramos que desde o "archeion" da Grécia antiga, o "archivum" da Roma cesariana até o "archive" inglês ou francês, o "archiv" alemão, o "archieven" holandês, o "archivi" italiano, o "archivo" espanhol, etc., da Europa contemporânea, a atividade nunca deixou de existir, a despeito da denominação. Daí a resistência à solução preconizada. Se o órgão tem sobrevivido assim através dos séculos, como decretar-lhe nova identidade?

Poderíamos parar por aqui. Todavia, não há como deixar de estender o exame dessa manifestação de mudança, pois, em princípio, todas as idéias relacionadas a Arquivo devem ser por nós consideradas.

Encontramos na proposta o sentido de apelo ao consumo imediato, numa sociedade apressada, de leitura dinâmica, onde não há tempo para a espera de resultados a longo prazo.

Dúvida não há de que um outro rótulo, escolhido entre termos de bom gosto, conferiria "status" por uma temporada, pelo menos, aos responsáveis pelo Arquivo que assim fosse contemplado.

Esbarramos aí com outra pergunta: lutamos por uma *temporada* ou por *finalidades* duradouras em termos de técnica e de profissionalização, mesmo sabendo de antemão que o brilho tardará? Quando muito, poderemos consignar resultados parciais, em cada degrau da escada, fruto sempre de trabalho discreto e pertinaz, em ação polivalente junto a frentes de trabalho.

Fácil é, portanto, compreender o lado humano das tentativas de mudança por atalhos que parecem encurtar caminhos.

Posto o assunto no nível de compreensão, deve-se dizer, também, que não há motivo para desalento, pois o percurso longo de que falamos, já está com alguns trechos significativos percorridos, onde a sinalização para conduzir o profissional de Arquivo — mola mestra da nossa mudança — ao ponto da chegada da afirmação, já vem obtendo algumas reações positivas, quando destaca aspectos técnicos, administrativos, culturais e psicológicos.

A técnica, para conseguir dirigentes capazes de orientar adequadamente a execução das atividades de classificação, arranjo, descrição, avaliação etc., bem como a elaboração de instrumentos de pesquisa.

A ação administrativa, para a gerência eficiente de recursos humanos, materiais e financeiros.

A cultura, para a necessária distinção de valores justos e ponderáveis que bem coloquem o Arquivo a serviço de uma coletividade dia a dia mais carente de informação.

O aspecto psicológico, realçando a paciência, para esperar resultados autênticos, e humildade para resolver o problema arquivístico pela ação, se possível, em profundidade.

Relevem-nos se o tratamento que demos ao assunto pode ser encarado como de pregação. Não foi nosso propósito, que é o divulgar o pensamento da atual direção da AAB sobre a filosofia do sucesso na Arquivística, lastreada sempre no trabalho verdadeiramente profissional que dificilmente traz vitória rápida.

Helena Louisa Allard

CARTAS

Tenho a satisfação de me dirigir a V. Sa. no sentido de consultá-la sobre a possibilidade de ser remetida regularmente à Divisão de Arquivo e Conservação deste Tribunal a revista "A & A".

Trata-se, como já foi verificado, de um órgão que informa sobre o que ocorre no campo arquivístico, razão pela qual a Divisão de Arquivo em muito se beneficiará com a posse, não só das publicações mais recentes, como das emissões passadas que se deram a partir de abril de 73. . .

Dr. Luiz Ferreira Barreto
Diretor-Geral do Superior Tribunal Militar

—●—
Temos em mãos um exemplar da revista A & A, editada por essa Associação.

Gostaríamos de saber da possibilidade de sermos incluídos na relação de assinantes desta excelente publicação, bem como recebermos números anteriores, que serão de grande validade, principalmente para a Bibliotecária responsável pelo Arquivo Central desta Companhia.

Rubens Cancian
Gerente de recursos humanos — SANEPAR

—●—
Venho através deste em nome da Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do RJ — FIDERJ — solicitar a vossa gentileza no sentido de nos fornecer por meio de doação, uma assinatura da publicação: A & A editado por essa Associação.

A referida publicação constitui fonte de informação indispensável às atividades desenvolvidas por este Setor de Documentação.

Carmem M. G. Ottino
Chefe do Setor de Documentação — FIDERJ

—●—
Vimos, através desta, solicitar a V. Sas. a inclusão do nosso nome, na lista de distribuição do periódico A & A.

Sérgio Dias
Assessor Administrativo
Dept. Geral Computação. Sistemas. — C.T.B.

—●—
Pela presente, estamos agradecendo a doação da Revista A & A, de grande utilidade em nossa escola.

Gostaríamos de continuar recebendo-a.

Ligia Maria Moreira Dumont
Bibliotecária
UFMG — Escola de Biblioteconomia

LA UTILIDAD ESPECIAL DE LOS ARCHIVOS EN LOS PAISES EN DESARROLLO

* Trabalho apresentado por ocasião do 8º Congresso Internacional de Arquivos. Washington, 27 de setembro a 1 de outubro de 1976.

El tema escogido por el Congreso Internacional sobre Archivos, "La Utilidad Especial de los Archivos en los Países en Desarrollo", ha planteado numerosos problemas.

Con respecto a este tema, nos hemos hecho las siguientes preguntas:

1 - Podemos hablar de una utilidad especial de los archivos en los países en desarrollo?

2 - No son los mismos los fines de los servicios archivísticos en los países desarrollados y en los países en desarrollo?

Respecto a la preparación de nuestro estudio, se nos dio libertad para seleccionar el método: bien presentar un informe autorizado de nuestro concepto de la función de los servicios archivísticos en los países en desarrollo, o bien usar un cuestionario y luego hacer una síntesis de sus resultados.

Hemos preferido el primer método. Ello no obstante, hemos escrito a nuestros colegas de Senegal, Volta Superior y Níger y les hemos pedido que nos expresaran sus ideas sobre el tema.

Solamente el Senegal nos contestó, y le expresamos nuestro más sentido agradecimiento a nuestro colega, el Sr. Mbaye, por su amabilidad en enviarnos unas pocas líneas sobre el tema, que nos han permitido no limitarnos al concepto de los archivos y de su función en el desarrollo en la Costa de Marfil.

Una de las características de los países en desarrollo es que les hacen frente a muchos problemas que se presentan al mismo tiempo. En realidad, estos países no solamente tienen que recuperar el tiempo perdido, sino que han de mantenerse a la par con el desarrollo tecnológico a fin de lograr sus objetivos.

Esta situación especial los lleva a hacer esfuerzos relativamente mayores y más numerosos a nivel económico, social y cultural que los países avanzados.

A fin de realizar actividades simultáneamente en todas estas áreas, en las condiciones presentes los países en desarrollo solamente tienen un instrumento: el gobierno. En realidad, en la mayoría de estos países, el gobierno, a menudo en estado embrionario, es la única institución realmente organizada. Por esta razón, es responsable de la programación económica, social y cultural del desarrollo.

La base de la labor administrativa es la administración de los documentos. Esto tiene que ser realizado en forma consistente y eficiente. En realidad tiene que ser hecho no solamente para evitar desperdiciar tiempo, dinero y recursos de personal, sino también para hacer todo lo necesario para asegurar que las decisiones hechas por las personas responsables sean las mejores posibles. El control de los documentos no puede lograrse a menos que las personas

G. Cangah

Diretor dos Arquivos Nacionais da Costa do Marfim

responsables comprendan plenamente como los documentos son creados. Por esta razón, en los países en desarrollo, los archivos constituyen una fuente inagotable de información que el gobierno siempre puede utilizar.

Por consiguiente, el gobierno tiene que utilizar estas fuentes de información a fin de realizar su misión. La ausencia de sistemas nacionales de archivos y de sistemas de administración de archivos provisionales sitúa en desventaja al administrador, en tanto que un sistema consistente de administración de documentos y de archivos permite al administrador hacer una contribución efectiva al desarrollo económico, social y cultural de su país. Por consiguiente, los archivos son instrumentos administrativos, y son una necesidad previa a la planificación para el desarrollo nacional.

Estas conclusiones han llevado a ciertos países en desarrollo, como la Costa del Marfil, a lanzarse a la utilización del "procesamiento de datos", un sistema de recuperación de datos basado en computadoras cuyos usos están relacionados con los aspectos económicos, científicos y culturales del desarrollo.

Con respecto al nivel económico, estos países han heredado las estructuras de la economía colonial. Por consiguiente, su agricultura estaba orientada hacia la producción de materias primas para la exportación, en tanto que la industria se dedicaba a la manufactura de los productos más corrientes. Hoy día estos países tienen que concentrarse en el desarrollo y máxima utilización de sus recursos agrícolas y mineros a fin de poder obtener la divisas proporcionadas por la exportación y, además, establecer industrias modernas de transformación basadas en estos recursos.

El gobierno tiene un interés esencial en la investigación económica. Sólo puede lograrse el óptimo desarrollo del potencial humano y material de los países en desarrollo en la medida en que los recursos de estos países son estimados en su verdadero valor. Tales estimaciones implican que han de realizarse con éxito un gran número de operaciones de evaluación, operaciones que sólo pueden contemplarse si se dispone de los documentos archivísticos conservados en los depósitos nacionales.

La planificación constituye una magnífica ilustración del papel que los archivos están comenzando a desempeñar en el marco del desarrollo económico. La planificación está, de hecho, tomando en consideración las amplias tendencias en los campos económico, social y cultural. Por consiguiente, la planificación en sí misma es una forma de organizar el presente a través del estudio científico del futuro. Ello no obstante, para ser realista, la planificación tiene que basarse en una evaluación de la situación del país, tan completa y exacta como sea posible. Tal evaluación puede prepararse usando estudios anteriores de la cuantía del progreso logrado a través de los años en los diferentes sectores de la vida nacional.

continuação:

La información que permite a los planificadores percibir las tendencias significativas se hallan contenidas en documentos archivísticos, a los cuales se tienen que referir continuamente. Por ejemplo, la elaboración de los detalles de un programa de industrialización implica que ha de hacerse un muy completo examen de las materias primas, la mano de obra, los métodos de transporte, los costos, los precios y los mercados. Esta información — estadísticas, investigaciones realizadas por los diferentes servicios del gobierno... — coloca a los planificadores en posición para decidir juiciosamente cuáles se seleccionan entre los diferentes proyectos industriales propuestos a priori.

Este ejemplo de análisis basado en documentos especialmente preparados por los servicios del gobierno responsable de la planificación, ilustra claramente la importancia que tiene la gran cantidad de información contenida en los documentos archivísticos para las situaciones relacionadas con el desarrollo económico. Y el desarrollo es sólo uno de los campos en los cuales pueden usarse los archivos.

En realidad, aunque son muy útiles para definir y guiar el desarrollo económico, los archivos tienen otros usos en los campos científico y cultural que no son menos importantes.

De hecho, los archivos pueden hacer contribuciones específicas a la investigación científica nacional de los países en desarrollo. La investigación científica nacional no comenzó con la independencia de estos países. Por ejemplo, en la Costa de Marfil, mucho antes de la creación del Ministerio de Investigación Científica, existían muchas unidades de investigación:

- El Instituto de investigación del algodón y de productos textiles extranjeros.
- El Instituto francés de investigación de frutas.
- El Instituto francés del café y el cacao.
- El Instituto de investigación de las semillas oleaginosas y de los aceites, etc.

Estos institutos realizaron varios estudios en el campo agrícola, considerado un elemento básico en el desarrollo de un país. En muchos casos, las nuevas naciones al realizar investigaciones, toman como punto de partida estudios realizados durante la era colonial. La conservación de los documentos de los experimentos realizados en el pasado posibilita el evitar tener que repetir experimentos que a veces son largos, difíciles y costosos, y da lugar a un apreciable ahorro de tiempo y dinero.

Respecto al nivel cultural en los países en desarrollo, es deber del gobierno el darle confianza al pueblo ayudándolo a descubrir su identidad nacional. En este caso los archivos, que contienen los materiales de fuentes indispensables para escribir la historia, de nuevo son los auxiliares privilegiados del gobierno.

Si en la mayoría de los pueblos europeos no hay problema de conciencia nacional, no sucede lo mismo en la mayor parte de los países en desarrollo. Por consiguiente en esos países, el escribir la historia de la nación es un elemento unificador en la formación de la nación. Al escribirse la historia, se reúnen elementos al parecer distintos que realmente surgen de la misma fuente.

Porque en muchos casos la historia hace posible que

se evite que los problemas étnicos se conviertan en un obstáculo al florecimiento del país, los archivos, que son una fuente sin igual de materiales para la historia, toman parte en el desarrollo. El estudio de los presupuestos, los registros del comercio y los censos es un campo fértil para el historiador estadístico.

Puede verse la historia de la vida diaria desde un nuevo punto de vista a través de los documentos de los notarios y secretarios judiciales que se han colocado recientemente en los archivos de los países en desarrollo.

Por hacer posible que se escriba la historia, los archivos toman una parte en el desarrollo y tienen también un propósito especial en este campo.

Es apropiado referirnos a un pasaje de un artículo del Sr. Locou, Instructor del Departamento de Literatura de la Universidad de Abidjan, titulado "La Historia Africana en Nuestros Tiempos", a fin de convencernos, si ello fuera necesario, de la utilidad especial de los archivos, que contienen fuentes sin igual de materiales históricos que también son partes del desarrollo nacional.

"La historia no puede ser simplemente una disciplina académica, indiferente a los problemas del desarrollo. Algunas personas pudieran sorprenderse al enterarse de la relación que existe entre la historia, el estudio del pasado de la sociedad, y el desarrollo, que a menudo se considera que es la única forma de progreso material. Nos hemos apartado de este concepto estrecho y simplista de la concepción del desarrollo. El desarrollo es el proceso global de transformación de la sociedad, que tiene que ser organizado, dirigido y mantenido desde dentro. Por consiguiente, el desarrollo implica agentes nacionales que están conscientes de esta necesidad. La información y la reflexión histórica son factores poderosos para lograr la conciencia nacional; desarrollan el sentido de la acción colectiva y la inclinación por ella; posibilitan el entender el origen de los problemas actuales y no en nuestros países, que han sufrido la despersionalización producida por el dominio colonial, la historia es el instrumento privilegiado para contrarrestar la alienación: la alienación de la juventud, la alienación del pueblo, que pueden deshacerse de la pesada carga de los viejos prejuicios y liberarse a sí mismos de los complejos acumulados durante un largo período de tiempo a través del esclarecimiento científico de su condición.

Este esfuerzo de contrarrestar la alienación tiene que fomentar un sentido de conciencia nacional, la aceleración de unidad africana y el desarrollo de la solidaridad con otros pueblos. La restitución de nuestro destino colectivo debe permitirnos afirmar nuestra personalidad y liberar nuestras iniciativas creadoras. La difusión de los materiales históricos, y de los temas que surgen de los mismos, tienen que enriquecer el arte, la literatura y la ciencia. Las consecuencias económicas, políticas y culturales de todas estas contribuciones históricas son incalculables. Por estas razones, la historia y el desarrollo son inseparables."

En esta forma, los archivos en los países en desarrollo serán estimulados a desempeñar la función de centros de documentación genuinos, que permitan tanto la recopilación de documentos como su manejo y difusión a nivel nacional.

continuação:

Por eso debemos avanzar de un concepto de archivo, ya obsoleto en los países desarrollados, que ha llevado a que se consideren los archivos solamente como instituciones orientadas hacia la historia, de poco valor para el desarrollo, y adoptar un concepto más positivo porque en lo adelante los archivos deberán desempeñar una función dinámica nacional a través de la documentación gubernamental.

La riqueza de los documentos conservados en los archivos y la creciente eficiencia del uso de la información que contienen hacen que los administradores tengan en ellos un utilísimo instrumento a su disposición. Pero esta posibilidad de que los archivos desempeñen una función más dinámica en el desarrollo nacional puede hacerse efectiva solamente si los administradores del país consideran importante la conservación de documentos, como se enfatiza en este pasaje de un discurso pronunciado por el Secretario de Estado del Interior de la Costa del Marfil en un seminario sobre administración territorial (Yamoussokro, 20 de septiembre — 20 de octubre de 1974):

“Otra actividad administrativa no menos importante es el establecimiento y la conservación de archivos locales. La lucha contra el subdesarrollo, que es una preocupación principal y legítima del gobierno, estimula al administrador a dedicar sus esfuerzos a la realización de logros, a buscar la obtención de resultados tangibles y visibles, a confeccionar cuadros y estadísticas que midan las tensiones y los volúmenes físicos, preocupaciones todas que, en muchos casos, llevan a este administrador a descuidar y olvidar otras actividades, al parecer menos importantes, pero

igualmente necesarias e importantes en el desarrollo nacional. Este es el caso de los archivos.

Lejos de ser un sector insignificante, los archivos pueden desempeñar una función más dinámica en el desarrollo, siempre que pensemos en ellos como un tesoro de conocimientos adquiridos y de experiencia administrativa, una riqueza de información que es accesible para su uso como factores potenciales en la acción administrativa en todas las áreas de desarrollo nacional.

A estos efectos, ninguna fuente de información puede contribuir mejor a la comprensión y apreciación de estas posibilidades que los archivos.

El administrador que utiliza los archivos comprenderá más rápida y completamente los problemas que confronta. Ahorrará no sólo tiempo, sino también dinero, dos cosas que un país en desarrollo no puede permitirse desperdiciar. Por consiguiente, los archivos distan mucho de ser un lujo; son un medio útil de apoyar una política realista de desarrollo. Por esta razón, su administración y mantenimiento en una ubicación apropiada, por una persona especialmente designada para realizar esta tarea, tiene que captar la atención y el interés de los funcionarios locales.”

Este pasaje del discurso del Secretario de Estado del Interior de la Costa de Marfil es una buena ilustración de la función que un organismo archivístico puede y debe desempeñar en un país en desarrollo. Considerados en esta forma, los archivos se convierten en apoyo del desarrollo nacional, que es la razón de su especial utilidad en los países en desarrollo.

RELATÓRIOS SOBRE AS ATIVIDADES DO VIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS E DO SEMINÁRIO INTERAMERICANO SOBRE COOPERAÇÃO REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE ARQUIVOS Washington, 27 de set. a 1 de out. 1976

Elaborados por NILZA TEIXEIRA SOARES,
com a colaboração de
JOSÉ PEDRO PINTO ESPOSEL.

1. ORGANIZAÇÃO, PARTICIPANTES E INSTALAÇÃO DO CONGRESSO

A capital dos Estados Unidos, no ano do Bicenténário da Declaração de Independência daquele país, foi sede do 8.º Congresso Internacional de Arquivos do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), de 27 de setembro a 1.º de outubro de 1976.

Simultaneamente realizou-se um Seminário Interamericano sobre Cooperação Regional para o Desenvolvimento dos Arquivos que se prolongou até 8 de outubro,

O 8.º Congresso do CIA congregou também os arquivistas dos Estados Unidos e Canadá, pois durante sua realização deu-se a Conferência anual da American Society of Archivists (SAA), que celebrou o 40.º aniversário de sua fundação e cuja primeira reunião também se deu em Washington.

Para celebrar a efeméride do Bicenténário, a Fundação Nacional para as Humanidades, dos EE.UU., apoiou a realização de reuniões eruditas internacionais naquele país. O 8.º Congresso Internacional de Arquivos do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) recebeu dessa Fundação dotação para reunir a comunidade internacional de arquivistas, com o objetivo especial de intercâmbio de informações e discussão de problemas vinculados à profissão.

Patrocinaam o 8.º Congresso a Sociedade de Arquivistas Americanos (SAA) e o Arquivo Nacional e Serviço de Documentos dos EE.UU. (National Archives and Records Service — NARS).

continuação:

Diversas outras entidades prestaram apoio à realização desse conclave. Citaremos apenas algumas: Organização dos Estados Americanos (OEA), Biblioteca do Congresso, Fundação Tinker, Smithsonian Institution, Associação de Administradores de Documentos, Federação Internacional de Administradores de Documentos.

O Congresso se reuniu em sessões solenes e plenárias no salão presidencial de baile, do Statler Hilton Hotel.

Os representantes oficiais dos países membros do CIA ocuparam, em bancadas semicirculares, lugares determinados. Os países se sucediam em ordem alfabética, de Alto Volta a Zâmbia. Em seguida a essa bancada os demais participantes, cidadãos norte-americanos ou estrangeiros, ocuparam os outros lugares do plenário.

A lista de participantes do Congresso registra 560 inscritos, procedentes de 81 países, representantes de todos os continentes, inclusive Oceânia (da Austrália e Fiji).

Os Estados Unidos tiveram o maior número de inscritos no Congresso ou seja, 100 pessoas. Entre 24 países latino-americanos, o México e a Venezuela tiveram os maiores contingentes, com 8 pessoas cada.

Da Europa participaram 27 países. Os maiores grupos de representantes foram os da França, com 61; Itália, com 46; República Federal Alemã, com 40; Inglaterra, com 25; Suécia, com 20; União Soviética, com 17 e Espanha com 16.

Da África estiveram presentes 14 países entre os quais a Argélia, Botswana, Gabão, Kenia, Malávia, Nigéria e Zâmbia, todos com um representante cada; e da Ásia 12 países, entre os quais, 4 representantes da Malásia, 4 da Indonésia, 1 do Japão e 4 da Sri Lanka, antigo Ceilão.

Do Brasil compareceram 4 arquivistas: José Pedro Pinto Espinel, professor da disciplina Arquivologia da Universidade Federal Fluminense, ex-presidente da AAB e arquivista do Banco Central; Regina Alves Vieira, Coordenadora dos Cursos de Arquivologia do Arquivo Nacional; Nilza Teixeira Soares, Diretora da Coordenação de Arquivo da Câmara dos Deputados e Astréa de Moraes e Castro, Chefe da Seção de Documentos Históricos da Coordenação de Arquivo da Câmara dos Deputados e representante da AAB em Brasília. Os três primeiros, a convite da OEA, como participantes do Seminário Interamericano sobre Cooperação Regional para o Desenvolvimento de Arquivos e a última, por iniciativa da Câmara dos Deputados.

Foi providenciada pela ALA a inscrição dos convidados no Congresso. Na tarde anterior à instalação do Congresso foram distribuídas as pastas contendo o programa e os 12 trabalhos básicos sobre os temas oficiais das quatro sessões plenárias, num total de 289 páginas impressas a serem discutidas no desenrolar dos trabalhos. Obtivemos essas comunicações em espanhol, francês e inglês.

O Congresso se realizou em excelentes condições de trabalho. Os mínimos detalhes mereceram atenção especial de seus organizadores. Durante as sessões podia-se contar com serviço de tradução simultânea em qualquer dos idiomas oficiais: inglês, francês, alemão, russo e espanhol. O grupo de brasileiros contou, inclusive, com o acompanhamento de um intérprete, o funcionário do Arquivo Nacional dos EE.UU. que fala português e espanhol, James A. Mc Gowan. Os crachás distribuídos, por sua vez, indicavam através de sinais em várias cores, os idiomas falados pelo portador.

A sessão solene de instalação do 8.º Congresso, realizada na tarde de 2.ª feira, foi aberta pelo Presidente do CIA no último quadriênio, F. I. Dolgikh, da URSS, que exaltou o papel do Congresso como o mais respeitável foro dos arquivistas para discussão de seus problemas. O desenvolvimento econômico e social, as mudanças políticas mundiais foram apontados como elementos determinantes da estrutura e serviços de arquivos. Os novos tipos de documentos que invadem os arquivos, a significação da informação no mundo acadêmico e o interesse arquivístico em dimensões universais foram mencionados pelo presidente da sessão.

Expressaram saudações e votos de boas-vindas aos participantes do Congresso, entre outros, o Arquivista dos EE.UU., Dr. Rhoads, a Sra. Elizabeth Hamer Kegan, Presidente da SAA e ainda o presi-

dente da Fundação Nacional para as Humanidades, o Diretor do General Services Administration, órgão a que se subordina o Arquivo Nacional dos EE.UU. e o representante da UNESCO, da Divisão de Documentação, Bibliotecas e Arquivos, Dr. Frank B. Evans.

Segundo se afirmou, pode-se antever uma comunidade cada vez mais dependente da informação e da documentação. O uso dos fundos custodiados foi definido como o grande ideal dos arquivistas e o passado foi reafirmado como sendo um prólogo.

2. SESSÕES PLENÁRIAS DO CONGRESSO

O Congresso Internacional de Arquivos, cujo tema geral foi a REVOLUÇÃO ARQUIVÍSTICA DE NOSSOS DIAS, contou com quatro sessões plenárias, que versaram sobre aspectos considerados revolucionários na arquivística contemporânea: a revolução do pré-arquivo(*), revolução tecnológica, revolução no acesso e uso e a revolução geo-arquivística.

Essas quatro sessões plenárias realizaram-se de 3.ª a 6.ª feira, no horário de 9 às 12 horas e versaram sobre as comunicações solitadas e preliminarmente distribuídas aos debatedores e relatores. O mecanismo dessas sessões foi o de os autores dos trabalhos programados para cada sessão (3 por sessão) fazerem na primeira hora a apresentação oral de seus trabalhos; a essas seguiam-se apreciações orais formuladas pelos debatedores convidados. Ao final um relator fazia breve síntese das exposições. Diariamente verificava-se um painel entre os componentes da Mesa, indicados no programa oficial. Os interessados em fazer intervenções, pertinentes aos assuntos debatidos, podiam se inscrever junto à Mesa, sendo-lhes concedido o prazo de 5 minutos. As intervenções deveriam também ser apresentadas, por escrito, em formulário próprio, num máximo de 25 linhas datilografadas. M. Duchéin redator-chefe da revista *Archivum*, devidamente secretariado, recebia as inscrições para intervenções e os respectivos textos. A palavra era sempre concedida pelo Presidente da Mesa e os que não lograssem fazer suas intervenções orais, por escassez de tempo, podiam igualmente passá-las às mãos de M. Duchéin para efeito de publicação nos Anais.

Os trabalhos preparados para as sessões plenárias constituem preciosas monografias, ricas em informações sobre os respectivos temas por se basearem, essencialmente e na maioria, em respostas dadas por vários países a questionários e formulários expedidos com a necessária antecedência. Abrangem informações sobre a organização dos serviços de arquivo, recursos tecnológicos; computadores; microformas; produtos químicos destinados à conservação e restauração de documentos, normas de acesso e inúmeros outros tópicos, todos do mais relevante interesse.

Baseiam-se também em dados divulgados em fontes bibliográficas, principalmente nos Anais do Congresso Internacional de 1968 e nos trabalhos do de 1972.

Ao relatar os trabalhos desenvolvidos nessas sessões o faremos apenas em termos gerais, já que os interessados poderão obter detalhes nas publicações distribuídas. Os resumos dos trabalhos solicitados a especialistas para as sessões plenárias podem ser encontrados no MAN (Mensário do Arquivo Nacional), a.7, n.5, maio 1976, p. 9 a 12.

Nessas sessões as diferenças políticas e ideológicas foram muito enfatizadas. Tiveram grande atuação os representantes de países comunistas e socialistas, tchecos, romenos, russos, iugoslavos, húngaros, etc., que se inscreviam a cada momento para apresentar intervenções e se sucediam na tribuna exaltando as realizações e níveis alcançados em seus países.

Fazemos anteceder o resumo das sessões plenárias, da relação de expositores, títulos e número de páginas dos respectivos trabalhos, nomes e países de origem dos debatedores e relator de cada sessão.

2.1 — A REVOLUÇÃO DO PRÉ-ARQUIVO

1.ª Sessão Plenária — 28 set. 1976.

Presidente: SMITH, W. Canadá.

(*) No Brasil não se adota esta expressão, da terminologia arquivista francesa, que abrange os arquivos correntes e intermediários. Empregamos neste relatório, de preferência, administração de documentos, que deve sua origem à expressão americana "Records

Management" e que se ocupa dos documentos nas fases anteriores ao arquivo de custódia, caracterizado nos EE.UU. como "Archives Administration".

continuação:

- Oradores: 1. RICKS, A., USA — *La administración de documentos como función archivística*. 29 p.
2. DUBOSCO, G., França — *Los centros de documentos contemporáneos*. 27 p.
3. KROMMOV, A., Suécia — *El avalúo de los documentos contemporáneos*. 27 p.

Debatedores: GAL, M. I., Rumânia.
MACLEAN, I., Austrália
MITIUKOV, A. G., Ucrânia, URSS
SALMELA, A., Finlândia

Relator: CHAJN, A., Polônia.

Nessa sessão, vimos serem debatidas as novas funções do arquivista, que se traduzem em administrar documentos. Apontou-se como solução para o problema dos arquivos, não a administração de arquivos, já em fase de recolhimento ou abandono, mas uma administração de documentos que inclua todo o ciclo de vida dos mesmos, desde sua criação até à eliminação final ou guarda para retenção temporária ou permanente. Foi afirmado que providências em cadeia asseguraram maior eficiência e melhores resultados para as posições sucessivas dos arquivos.

A causa do descaso em que se encontram os arquivos, de um modo geral, foi atribuída ao enfoque essencialmente histórico que se lhes reservava. O êxito da arquivística está no interesse administrativo e político que se possa despertar nas autoridades.

Foram arrolados como objetivos da administração de documentos, garantir uma documentação adequada, evitar o supérfluo, simplificar os sistemas de criação e uso dos documentos, melhorar a maneira pela qual se organizam os arquivos e se recuperam as informações, atentar para o armazenamento a baixo custo nos centros de arquivamento intermediário, garantir as transferências dos arquivos não necessários ao desempenho das atividades correntes.

A preocupação com os arquivos na fase inicial de produção ou mesmo o planejamento anterior à própria produção, o controle pré-natal, resultam em eficiência e economia e beneficiam, inclusive, a própria pesquisa histórica.

Parece-nos oportuno mencionar a definição de administração de documentos que se verifica em projeto que se encontra no Congresso dos EE.UU., já aprovado pelo Senado:

"planejar, controlar, dirigir, organizar, treinar, divulgar e outras atividades da administração relativas à produção, manutenção, uso e descarte, abrangendo a administração da correspondência, de formulários, de regulamentos, de relatórios, de documentos legíveis à máquina, microformas, recuperação da informação, dossiês, expedição e recebimento de correio, documentos vitais, equipamentos, máquinas copiadoras, processamento de dados, preservação de documentos, transferência e descartes, centros de arquivamento intermediário e demais áreas de depósito".

Desses termos, dezoito, encontram-se devidamente conceituados no trabalho do Mr. Ricks, para maior inteligência do formulário preparado e consistência nas respostas formuladas.

As vantagens administrativas e financeiras que resultam de um sistema integrado de arquivamento corrente, intermediário e de custódia, e a importância de que os serviços de arquivos se habilitem a tomar decisões quanto à triagem pela avaliação e eliminação de documentos oficiais de todos os tipos, inclusive os legíveis por máquinas, deu origem a uma recomendação do Congresso no sentido de que os serviços de arquivos dediquem especial atenção à produção e administração de documentos nos órgãos públicos.

Os centros de arquivamento intermediário, embora reconhecidos como a solução para o problema do volume de documentos produzidos, em recurso à capacidade dos arquivos públicos e à impossibilidade de se obter prédios novos de arquivos, não são entretanto adotados em todos os países. O custo de um centro de arquivamento intermediário foi calculado em 40% de um prédio comum de arquivos.

Os centros de arquivamento intermediário, além da função de "limbo" vêm exercendo função de arquivo no que tange à pesquisa em âmbito regional como já se verifica nos EE.UU. Alguns "Records Centers" foram transformados em "Federal Archives and Records Centers" o que significa que custodiam, além de documen-

tos efêmeros, os de valor permanente que deveriam passar ao Arquivo Nacional.

No que concerne à avaliação, tarefa das mais difíceis, embora das mais necessárias e significativas, vimos que em diversos países os documentos originados de atividades de rotina estão devidamente arrolados e têm seu prazo de retenção estipulado em tabelas de descarte.

Foi apontada como solução racional a tomada de decisão quanto à destinação dos documentos no nível do órgão que os produz, mas sempre sob a orientação da autoridade arquivística.

Foi igualmente reconhecido como essencial que se mantenham separados, na fase de produção, os documentos de valor efêmero e os de valor permanente, critério que emobra possa tornar o sistema de arquivamento mais complexo, resultará em economia de esforços quando do processo de descarte.

Reputa-se com uma séria ameaça aos arquivos a não integração das fases de administração de arquivos correntes e de custódia. Cogitou-se da necessidade de legislação que coordene a ação dos administradores com a dos arquivistas, sempre com o objetivo final de reduzir o volume dos arquivos a proporções racionais.

Verificou-se que o problema da avaliação de documentos, dentro do objetivo de minimizar o volume dos documentos e maximizar o conteúdo informativo, tem levado os arquivistas de muitos países a estudar o fenômeno da absorção e duplicação de informações dos documentos contemporâneos.

Nessa sessão houve oportunidade de breve pronunciamento sobre o problema da avaliação de documentos e autoridade arquivística no Brasil, por parte de Nilza Teixeira Soares.

A terminologia científica dos arquivos foi apontada como instrumento essencial de comunicação e barreira a ser superada para permitir, a todos que labutam no campo da arquivística, a mútua compreensão.

A terminologia especializada da administração dos documentos reveste-se de importância especial. Embora tendo conceitos próprios, é inseparável da terminologia dos arquivos. Falou-se de terminologia tradicional e moderna.

2.2 — A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

2.a Sessão Plenária — 29 set. 1976.
Presidente: KLUGE, R., Alemanha

Oradores: 1. KURANTOV, URSS — *Progreso en la ciencia administrativa de archivo*. 63 p.

2. HELL, L., Inglaterra — *Las consecuencias archivísticas de los documentos legibles por máquinas*. 19 p.

3. CRESPO, C., Espanha — *Mejoras técnicas en la conservación y reprografía de documentos de archivo*. 24 p.

Debatedores: ARAD, A., Israel; KAGOMBE, M.D., Kenia; POOLE, F.G., USA; RAMBUSCH, S., Dinamarca.

Relator: ORMANNI, E., Itália.

Desta sessão destacamos o estágio de desenvolvimento científico, mencionado por Kurantov, que se verifica na administração de arquivos e que repousa no processo teórico da ciência arquivística da administração ou gestão de documentos, da cibernética e da teoria da administração. Desenvolveu sua tese em torno da organização do arquivo, das pesquisas efetuadas, em benefício da administração arquivística e da informação sobre seus próprios métodos, problemas de pessoal e outros.

Kurantov foi contestado ao caracterizar como ciência a administração de arquivo, que tem por objetivo o funcionamento ótimo de um serviço de arquivos. O debatedor da Finlândia, Rambusch, afirmou ser apenas uma atividade por objetivos, não uma ciência.

Foram feitas colocações no sentido de que a arquivística deve se desenvolver com base em matérias interdisciplinares e deixar de ser apenas história.

continuação:

Ressaltamos também, nesta sessão, como um dos pontos mais importantes, a necessidade de se intervir no infício do processamento de dados para assegurar os elementos necessários à avaliação dos dados informativos e à utilização das fontes.

O computador, como se afirmou, deu nova dimensão ao trabalho de arquivista. As gerações que deverão nos suceder contam com uma quantidade muito maior de informações manipuláveis e que as habilitará a conhecer melhor nossa era. O uso cada vez maior desse equipamento resulta em um volume crescente de informações oficiais e privadas em suporte inteligível apenas a máquinas, os próprios computadores. Isso impõe ao arquivista uma obrigação de atentar para o valor dessas informações e para o tratamento arquivístico que se faz necessário, de forma a preservá-las para os historiadores do futuro. Foi analisada a posição dos bancos de dados e as pesquisas de história quantitativa que vêm sendo levadas a efeito pelos cientistas sociais, economistas e historiadores.

Recomendou-se, como essencial, que todo sistema novo conte com um relatório padrão que fornecerá a base de novas análises das informações disponíveis do mesmo.

Foram analisados outros aspectos como problemas técnicos de conservação, documentação, serviços de referência, instrumentos de pesquisa, problemas psicológicos de relacionamento do arquivista com os analistas e programadores e critérios de avaliação quanto a possibilidade de determinar o uso das informações.

Quanto à conservação de fitas magnéticas, segundo um dos debatedores, o Sr. Frazer Poole, nós que estamos envolvidos com documentos legíveis a máquina devemos rezar para que esse material possa ser útil daqui a 20 anos. Infelizmente, segundo afirmou, as gravações sonoras não duram mais do que isso.

Outro ponto alto dessa sessão foi a mecanização do processo de restauração. Constitui autêntica novidade o aparecimento, nos últimos anos, de métodos mecânicos de reintegração, por meio de polpa de papel que se deposita nos orifícios existentes nos documentos. Esse método teve franca acolhida na Áustria, Israel, Alemanha e Estados Unidos onde se fabricaram máquinas próprias, todas semelhantes a essa finalidade reintegradora.

Foi classificada, pelos debatedores, como fantástica, a máquina de reintegração do Centro Nacional de Restauração de Livros e Documentos da Espanha que se baseia no mesmo sistema e princípio, mas que permite realizar, não só a operação de reintegração, mas também as demais operações do processo de restauração: fumação, lavagem, eliminação de manchas, branqueamento, neutralização e consolidação do corpo do papel, de modo mecânico e com programação automática, utilizando, segundo o caso, gases, líquidos e polpa de papel. Essa máquina reintegradora, além de rapidez com que desenvolve suas operações evita a manipulação do documento que sem sair da posição horizontal em que é colocado no seu interior, recebe todo o tratamento curativo necessário. Reclamaram-se mais detalhes relativos a preço e capacidade de trabalho.

Houve surpresa em se ver como a laminação continua a ser usada, embora já se hajam levantado sérias objeções a esse processo de restauração e sobretudo depois do novo processo de encapsular os documentos frágeis em envelopes de poliéster. A Prof.^a Crespo identificou onze marcas comerciais de laminação, em sua pesquisa.

A reintegração mecânica e a encapsulação foram apontadas como sistemas muito menos agressivos. A maior restrição que se faz à encapsulação é que aumenta muito o volume dos documentos.

Embora se façam restrições ao emprego da laminação, foi afirmado que há casos em que só existe esse recurso que pode, inclusive, ser manual. O processo de Kathalia, chamado indiano, que utiliza a acetona como solvente das folhas de acetato de celulose, é considerado satisfatório, embora exija maior destreza manual e seja mais moroso.

O problema de restauração de documentos foi apontado como exigindo muita pesquisa, estudo e preparo preliminar. Trata-se de área em que é extremamente importante a cooperação a nível nacional, regional e internacional.

Um dos pontos que mereceu várias observações durante o Congresso foi o dos formulários remetidos aos países, para a coleta de subsídios. Sobre esse tema versa a 9.^a Resolução da Assembléia Geral do CIA, que determina a tradução dos formulários em todos os idiomas de trabalho do Conselho e que as respostas, depois de processadas, sejam entregues ao CIA, para fins de arquivo.

A Prof.^a Crespo manifestou-se pela necessidade de normalizar os questionários sobre assuntos idênticos em que têm se baseado os

sucessivos congressos internacionais. Só a identidade de pergunta pode produzir a homogeneidade de respostas que permitam conhecer com exatidão a situação existente, e possibilitar que se comparem os relatórios apresentados em diferentes oportunidades.

2.3 — A REVOLUÇÃO DO ACESSO AOS ARQUIVOS E USO DOS DOCUMENTOS

3.^a Sessão Plenária — 30 set. 1976
Presidente: WYFFELS, C., Bélgica

Oradores: 1. BORSA, I., Hungria — *La creciente clientela archivista en el periodo de la posguerra mundial II*, 15 p.

2. PRASAD, S.N., Índia — *liberalización del acceso y del uso*, 13 p.

3. BOBERACH, H., Rep. Fed. Alemã — *El progreso en la tecnología y la expansión del acceso*, 23 p.

Debatedores: MILOSEVIC, M. Yugoslávia — PARHAM, C., Iran — RODRIGUEZ MORALES, L.M., Porto Rico — SAUNDERS, D.G., Bahamas

Relator: MANNSAKER, D., Noruega.

O problema do uso e acesso aos arquivos se colocou entre países em desenvolvimento e desenvolvidos, entre países que se tornaram independentes mas que têm uma história comum com outros e cujos documentos se encontram em poder de um deles, e entre países de regimes políticos diversos.

Repetidas vezes foi afirmado que o aumento da clientela que se verifica nos arquivos, coincide com a liberalização de acesso às fontes documentárias arquivísticas, em decorrência do acesso à cultura por parte da massa popular nos países socialistas e comunistas.

Os relatores e debatedores constataram uma certa liberalização de acesso, pela redução do prazo de sigilo que em média caiu para 30 anos. Em muitos países se assegura o direito integral à informação, porém quando não há prazo estipulado de acesso, verificam-se restrições muito freqüentes quanto a determinadas séries, sempre em favor da segurança nacional e do resguardo de informações pessoais.

Foi categoricamente afirmado que não é procedimento profissional impedir a consulta a arquivos, evitar a reprodução de séries completas de documentos e servir apenas a pesquisadores portadores de credenciais acadêmicas.

Distinguiram-se dois tipos de usuários: o pesquisador e o usuário ocasional que não se envolve na pesquisa; deseja obter o dado e solicita que o arquivista o providencie.

Importante debate se formou em torno da clientela dos arquivos. O representante de Porto Rico, Dr. Rodriguez Morales, deseja ver o arquivo servir indiferentemente a pesquisadores de caráter científico, portador de credenciais acadêmicas e ao usuário comum que busca documentos como prova de direitos pessoais ou para satisfazer uma curiosidade. Pronunciou-se contra a elitização da clientela dos arquivos. Por outro lado, Favier, Diretor dos Arquivos Nacionais da França, atribui ao arquivista uma função científica e não de mero agente de informações para curiosos.

Embora se haja reconhecido que nos últimos anos tem havido progresso no que tange ao acesso a arquivos, o Congresso, na sessão de encerramento, aprovou recomendação no sentido de que as autoridades responsáveis continuem a desenvolver esforços com vistas a dispor, para a pesquisa científica e erudita, do maior número possível de documentos de arquivo.

O problema de acesso a arquivos de interesse de um ou mais países, conservados sob a custódia de outro, foi também objeto de resolução da Assembléia Geral do CIA, no sentido de se proceder a um levantamento dos arquivos nessa situação e a conferência da Mesa Redonda Internacional de Arquivos procederá a um relatório geral sobre estudos preliminares realizados.

Os arquivos eclesiásticos e de cultos religiosos, por seu alto interesse histórico, mereceram também recomendação especial a fim de que as instituições facilitem o acesso de pesquisadores aos arquivos que conservam e que facilitem, além disso, a elaboração de inventários e repertórios.

continuação:

O uso dos fundos depende das qualificações do usuário e os meios de pesquisa, guias, inventários, listas e índices são de importância vital para a utilização efetiva dos arquivos. Foi afirmado que se procura o uso mais intensivo do acervo, porém as qualificações da clientela, sempre crescente, tem decaído.

Foi indicado como dever do arquivista desenvolver a qualidade de seus meios de pesquisa. Ficou patente que os arquivos têm que procurar acompanhar as soluções modernas, pois, do contrário, arriscam-se a se transformar em depósitos inúteis. O problema da modernização dos meios de pesquisa, desde que haja arranjado o seu material e possua uma sistematização que descreva os dossiês e volumes, foi colocado como o ponto central do trabalho de arquivo. A par dos meios de busca convencionais, organizados individualmente para cada grupo, sub-grupo ou série, afirmou-se que a eficiência da pesquisa em arquivos pode ser melhorada pela consolidação de vários instrumentos em um único sistema de instrumentos de pesquisa central.

As limitações que se verificam em arquivos foram apontadas como decorrentes de fatores orçamentários e da falta de pessoal qualificado. Foram feitas colocações quanto ao fato de os arquivistas procederem a pesquisas sem qualquer ônus para o interessado, considerado que a falta de instrumentos adequados se deve à carência de recursos financeiros e de pessoal.

Identificou-se como fator de aumento da clientela dos arquivos a ampliação de temas pesquisados nos arquivos, que abrangem todos os campos do conhecimento humano, e os novos métodos de pesquisa, inclusive as pesquisas em equipe. O número de pesquisadores, por sua vez, está ligado ao número de órgãos e entidades que dependem de pesquisa.

O desenvolvimento dos meios de comunicação, o grande número de acordos culturais e o desenvolvimento do turismo foram mencionados como fatores determinantes da expansão da clientela.

Foram mencionados também como meios efetivos para aumentar a clientela dos arquivos, o uso de reproduções de documentos nas escolas, visitas de estudantes a arquivos e organização de exposições.

Houve empenho, durante os debates, de que haja uma uniformização de critérios de acesso a arquivos entre os vários países, no sentido de facilitar as pesquisas em nível internacional. Este assunto mereceu uma recomendação, para que as autoridades nacionais de arquivos procurem harmonizar as normas de acesso às dos outros países de forma que o pesquisador não se veja impedido de prosseguir em sua pesquisa, quando tiver de completá-la no estrangeiro.

O microfilme surge como solução ao impasse em que se encontram os arquivistas, como conservadores, responsáveis pela preservação dos documentos para gerações futuras e desejosos de colocá-los à disposição para uso no presente. A publicação de séries completas em microfilme e a confecção de cópias para pesquisadores foi considerado o modo mais efetivo, rápido e econômico de promover o acesso aos arquivos. Houve propostas no sentido de que a impressão tipográfica se reserve a documentos de particular importância e a publicação em microfilme se generalize. Causou bastante impacto o debate que se desenvolveu em torno da política de acesso aos arquivos que vem sendo reforçada e ampliada pela facilidade e autorização de microfilmar séries inteiras. O microfilme, além da divulgação, permite a guarda de um negativo de segurança. Facilidades de reprografia foram apontadas como essenciais ao uso dos arquivos.

Os meios de pesquisa automáticos e eletrônicos também foram objeto de debates. Asseguram informações mais rápidas e completas. No entanto, só podem cobrir porções relativamente pequenas dos fundos. Discutiram-se projetos que vêm sendo desenvolvidos nos EE.UU., Alemanha, Inglaterra, URSS e demais países.

A reprodução em microfilme e a automação da informação, contudo, exigem meios de recuperação detalhados, contrários à tradicional metodologia arquivística de descrição coletiva.

Uma das recomendações do Congresso diz respeito a estudos que o Comitê Executivo do CIA deverá proceder, em colaboração com o Comitê de Informática e o maior número possível de serviços de arquivos, no sentido de desenvolver os sistemas de recuperação automática de informações de documentos científicos e técnicos, em especial os relatórios de pesquisa, tanto antigos como recentes. Pretende-se que esses estudos atendam também ao problema da interconexão e compatibilidade dos sistemas de arquivos automatizados ou eletrônicos, com os sistemas operacionais idênticos em uso nas bibliotecas e centros de documentação, inclusive com vistas ao UNISIST.

Os arquivos privados também mereceram atenção especial. É desejo do Congresso, segundo recomendação, que o CIA inclua em seu programa de trabalho o estudo do censo, conservação e organização desses arquivos. O aumento de pessoas que procuram os arquivos se vincula à variedade de acervo que não mais se limita à documentação oficial. Verifica-se nova tendência de recolher arquivos de entidades privadas, como firmas comerciais e industriais, universidades, sindicatos, organizações eclesásticas, etc. que refletem a vida econômica e cultural dos países. Em número cada vez maior se verificam depósitos de pessoas e famílias de destaque, políticos, cientistas, escritores e artistas.

A coleta de fotografias de valor permanente tornou-se uma função do arquivo. O mesmo acontece em relação a filmes, discos, fitas, documentos sonoros e visuais produzidos, a par dos documentos gráficos.

As gravações de história oral se converteram em importantes fontes arquivísticas nos últimos anos. Embora houvesse contestações quanto ao valor dessas fontes, como arquivos, o Congresso recomendou que o CIA encoraje as instituições de arquivo a colaborar na coleta e preservação de tradições orais.

O recolhimento de novos tipos de documentos, os prazos de transferência, são providências que enriquecem o acervo do arquivo e o valorizam, e que cabem ao próprio arquivo e em muitos casos refletem as condições políticas e sociais do País. Expositores e debatedores atribuíram o aumento do volume transferido aos arquivos, desde o final da 2.ª Guerra Mundial, à evolução política, econômica e social verificada.

Em decorrência do interesse do arquivista e do pesquisador, colocou-se como certa uma preservação cada vez mais adequada e maior utilização da herança cultural da humanidade em forma de arquivos. Uma das recomendações finais do Congresso diz respeito à ativa utilização dos documentos de arquivos para reforçar a paz, a compreensão mútua entre os povos e o enriquecimento espiritual da personalidade humana.

2.4 - A REVOLUÇÃO GEO-ARQUIVÍSTICA

4.ª Sessão Plenária - 03 out. 1976
Presidente: JANTAN, D.A., Malásia

Oradores: 1. SOWOOLU, S.O., Nigéria - *Expansión y evolución mundiales de los archivos*. 14 p.

2. CANGAH, G., Costa do Marfim - *La utilidad especial de los archivos en los países en desarrollo*. 6. p.

3. TANODI, A., Argentina - *Programas de asistencia archivística*. 44 p.

Debatedores: CORTÉS, Vicenta, Espanha - KAPRAN, M. Y., URSS - MABBS, A., Grã Bretanha - RIBBERINK, Países Baixos.

Relator: TABET, Aïnad, Argélia

Uma das grandes teses do 8.º Congresso foi a da universalização dos arquivos. Os arquivos devem ser considerados não como propriedade de um país mas de toda a humanidade. A problemática de seus serviços é universal e há necessidade de se unificarem os meios.

Na quarta sessão plenária procederam-se a exames retrospectivos dos programas e iniciativas da UNESCO, OEA, Fundação Ford e de outras entidades, de cooperação internacional, relativas a arquivos, principalmente em países da África que passaram da condição de colônias a independentes, países em desenvolvimento, o chamado terceiro mundo.

Relatórios, baseados em pesquisas, expuseram todos os problemas em nível internacional; a par dos altos padrões, verificam-se ainda arquivos que são meros depósitos e cujos responsáveis não usufruem de autoridade e tão pouco prestam serviços satisfatórios. As discussões iam das mais sofisticadas técnicas à própria salvaguarda dos arquivos em perigo de se perderem.

Foram feitas colocações quanto à cooperação e assistência a arquivos e à pesquisa histórica como reflexo da fraternidade universal do arquivista.

Reconheceu-se como tarefa do arquivista convencer as autoridades, porém é importante que haja um movimento internacional que mostre o valor dos arquivos, inclusive para fins administrativos.

continuação:

Convencer o governo do interesse que o arquivo representa e do papel que lhe cabe, foi apontada como questão de promoção e propaganda.

Nos grandes países os arquivos estão ligados ao planejamento nacional e a problemas de O & M.

Foram expostos os programas dos centros regionais da UNESCO de Córdoba e Caracas e os de desenvolvimento de arquivos de Dakar, entre outros.

A necessidade de integração de iniciativas trouxe por várias vezes a debate o NATIS (National Information System). Esse programa da UNESCO mereceu uma resolução da Assembléia Geral do CIA, considerando que esse Conselho foi um dos organizadores da Conferência Intergovernamental sobre Planificação das Infraestruturas Nacionais de Documentação, Bibliotecas e Arquivos, realizada em Paris, em 1974. Está o CIA interessado em promover o levantamento de iniciativas levadas a efeito nos países membros da UNESCO, de estudar, em cooperação com esse organismo internacional, os problemas metodológicos, técnicos e institucionais e de pesquisa no que concerne a arquivos e de informar periodicamente os resultados de tais estudos. Há empenho em que se conheçam os programas ligados ao NATIS e os pontos de vista dos arquivistas, no sentido de melhorar a aplicação desse programa.

Ainda para atender ao programa do NATIS, a Assembléia Geral do Conselho aprovou resolução que modificou os objetivos do Fundo Internacional para o Desenvolvimento dos Arquivos (FIDA), no sentido de apoiar os esforços desenvolvidos por países do Terceiro Mundo, com vistas a criar estruturas e serviços de arquivos e de administração de documentos eficazes e modernos, complementando os recursos destinados a esse fim, pela UNESCO e outros organismos de assistência.

Foi considerado importante que se continuem os programas de desenvolvimento de arquivos e que se formulem novos que permitam elevar as condições desses, já que a maioria dos países não conta com possibilidades de desenvolvê-los por si próprio. O trabalho que se vem desenvolvendo foi considerado amplo.

A sugestão de um censo sumário da documentação existente nos vários países foi aventada. Trata-se de medida essencial e preliminar à futuras ações relativas a planejamento de quadros de pessoal, prédios e instalações necessários.

Houve uma resolução da Assembléia Geral no sentido de se modificar o texto do documento que definiu a política do FIDA, no sentido de substituir a expressão "Plano Internacional para o Desenvolvimento de Arquivos" por "Censo das necessidades do Terceiro Mundo, em matéria de desenvolvimento dos arquivos".

No que tange a assistência a países o problema foi resumido nos seguintes tópicos: fundos, serviços, pessoal e recursos financeiros.

A formação arquivística qualificada foi considerada condição fundamental ao desenvolvimento de serviços de arquivos. Considerando os esforços desenvolvidos pela UNESCO de organizar centros regionais de formação profissional houve uma recomendação no sentido de que o Comitê Executivo do CIA promova, através do órgão competente do mesmo, a publicação de obras didáticas que atendam às necessidades das várias regiões.

Houve sugestões no sentido de que o Conselho determine os padrões mínimos de um arquivo nacional, para servir a países que possuam essa instituição, e para os que não a possuam ainda.

Nesta sessão, Astréa de Moraes e Castro fez um pronunciamento em favor de sua tese da ciência pura dos arquivos.

3. SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Na sessão de encerramento do Congresso, realizada na tarde de 6.ª feira, o Sr. Jean Favier leu o texto de quinze Resoluções da Assembléia Geral do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), cujas reuniões se deram durante as tardes, na semana do Congresso.

Foram igualmente lidas e aprovadas, por aclamação, quinze Recomendações do Congresso. Considerando que não havíamos recebido o texto definitivo dessas Resoluções e Recomendações, cuja numeração apresenta, como é natural, alguns senões, fizemos incluir neste relatório as pertinentes à matéria relatada, ao longo de nosso trabalho. Sua publicação, na íntegra, consta de outras páginas deste número.

Foram aprovadas emendas a artigos do Estatuto do Conselho sobre novo sistema de quotas e novos parâmetros de cálculos.

Por Resolução da Assembléia Geral foram reconhecidos como

organismos (branches) regionais do Conselho e Associação de Arquivos das Antilhas (CARBICA), a Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA) e o Ramo do CIA no Sudoeste da Ásia (SWARBICA), a ser organizado até dezembro de 1977.

A Assembléia Geral decidiu aprovar a celebração de uma Semana Internacional de Arquivos, em 1978. O Comitê Executivo do CIA ficou incumbido de propor data e programa a serem publicados antes de 31 de outubro de 1977.

Parece-nos oportuno lembrar que a sugestão para a realização dessa semana partiu do Brasil, através do Diretor do Arquivo Nacional, Dr. Raul Lima.

A Assembléia decidiu também constituir uma Seção para Associações Profissionais de Arquivistas.

Na Sessão de Encerramento foram indicados os novos membros do Conselho Executivo do CIA e sua nova diretoria. Vimos o seu vice-presidente, Dr. James B. Rhoads, Arquivista dos Estados Unidos, assumir a Presidência. Como vice-presidente ficaram Dr. Ede, arquivista-conservador do Public Records Office do Reino Unido da Grã Bretanha e o Dr. N. Prasad, Diretor no Arquivo Nacional da Índia.

Dr. Ede formulou convite para a realização do 9.º Congresso Internacional de Arquivos, em Londres, onde aguarda a todos. É de se notar que os congressos do CIA se realizam no país de origem do 1.º Vice-Presidente.

Vimos o nosso colega Esposel ser indicado para membro do Comitê Executivo do CIA em substituição ao Dr. Raul Lima que renunciou à sua posição. O Prof. Esposel completará seu mandato e, não temos dúvida, manterá o posto; para o Brasil é de suma importância estar representado nesse órgão.

Houve eleições, por unanimidade, de quinze membros honorários do Conselho Internacional de Arquivos, entre os quais M. Guy Duboscq, ex-Diretor Geral dos Arquivos da França e Clinton V. Black, Diretor dos Arquivos Nacionais da Jamaica.

4. ATIVIDADES DIVERSAS

Durante o Congresso realizou-se uma exposição internacional de firmas especializadas em material e equipamento de arquivos, associações profissionais e entidades nacionais e locais que mantêm arquivos.

A grande tônica, além das reproduções em microformas e recuperação automática da informação foi o papel, cartolina e papelão neutros, "acid free", como dizem os americanos, que protegem os documentos. Há uma grande preocupação, um grande zelo em não se envolver os documentos em material que venha a prejudicá-los. Esse material é considerado providência essencial à vida dos documentos.

gração de documentos, comercializada pelo New England Conservation Center, dirigido pelo especialista no assunto, Dr. George M. Cunha.

Grande número de folhetos, livros e periódicos que divulgam matéria relativa aos arquivos, serviços e organizações de vários países foi distribuído, durante todo o Congresso, e por nós recolhido.

Citaremos apenas o Catálogo de publicações em microfilme do Arquivo Nacional dos Estados Unidos, de 1974, que dá bem a grandeza daquele órgão. São 184 páginas impressas.

O Arquivo Nacional do E.E.U.U organizou um festival de filmes e exibiu-os em várias sessões nas tardes de 3.ª, 4.ª e 5.ª feira. Trata-se de uma seleção de filmes custodiados por aquele órgão. Essa série tem por objetivo atrair a atenção de quantos os assistem para os 30 milhões de pés lineares de noticiários, documentários e outros filmes que o Arquivo Nacional mantém sob custódia.

Os mormons da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, num esforço para divulgar as realizações da Sociedade Genealógica de Utah, tiveram uma participação muito ativa durante o Congresso. Distribuíram muitos folhetos e mantiveram um audiovisual em contínua exibição em torno do seu programa. Seus depósitos ficam sob as Montanhas Rochosas, a 92 metros de profundidade, como proteção e segurança contra sinistros naturais ou provocados pelo homem.

Na semana do Congresso e até o dia de encerramento do Seminário, houve oportunidade de se visitar os laboratórios de restauração e preservação de documentos da Biblioteca do Congresso e do Arquivo Nacional, bem como a Divisão de Manuscritos, a Divisão de América Latina, Portugal e Espanha e serviços de microfilmagem da Biblioteca do Congresso e do NARS.

Tomamos conhecimento das pesquisas que se desenvolvem

continuação:

naqueles laboratórios quanto a reações químicas, durabilidade de papel, tintas e demais elementos materiais que prejudicam a estabilidade física dos documentos.

Assistimos ao processo de encapsulação de documentos. Esse método de preservação desenvolvido na Biblioteca do Congresso, coloca o documento entre duas películas de poliéster transparente, que são coladas ao longo das margens, por meio de resíduo de fita adesiva. Fecham-se todas as margens. O documento fica protegido contra o contato de mãos, contra a ação do ar, da poeira, da luz, sem, no entanto, o papel sofrer um processo definitivo de integração de qualquer substância, como acontece na laminação. Se necessário a película pode ser retirada sem dificuldade.

O Comitê Internacional de Assuntos Arquivísticos da SAA convidou os membros do CIA para participarem de reunião cuja agenda incluía matéria de interesse comum. Tivemos oportunidade de ver a indicação de Maria Dablemont, brasileira, radicada nos EE.UU, arquivista da American Optometric Association, para colaborar com a revista *American Archivist*, através de resumo de artigos de periódicos e livros editados no Brasil, sobre arquivos.

5. ATIVIDADES SOCIAIS

Os participantes do Congresso bem como os do Seminário e ainda os da Reunião da SAA foram convidados para duas magníficas recepções nas noites de 2.^a e 3.^a feiras da semana do Congresso. A primeira, no horário de 18:30 às 20:30, realizou-se no "Great Hall" do prédio principal da Biblioteca do Congresso, em belo ambiente junto à escadaria em mármore, esculturas e afrescos. A segunda, um jantar-buffet, servido nos belíssimos salões e jardins do edifício da União Panamericana, sede da OEA. Os cristais e pratarias, além dos lustres e luxuoso ambiente deslumbraram a todos.

Na noite de 4.^a feira houve um jantar no Arquivo Nacional, para o qual receberam convite especial um representante de cada país, os chefes de delegações, a que compareceram o Prof. Esposel e Senhora, por convite nominal.

Na noite de 5.^a feira, das 20 às 22 horas fomos brindados com um esplêndido concerto de música dos Estados Unidos, pelo Coral Paul Hill, seguindo de vinhos e queijos. O concerto teve lugar numa galeria de arte da Smithsonian Institution, a Renwick Gallery. Esta galeria, em estilo arquitetônico do 2.^o Império Francês, construída em 1859/61, abriga a Coleção Nacional de Belas Artes daquela instituição. Percorremos uma exposição relativa à propaganda atual.

as mais diversas autoridades do "grand monde" arquivístico, num clima descontraído e informal.

O grupo de brasileiros foi especialmente convidado para um jantar na residência do Diretor do Departamento da Administração de Documentos (Office of Records Management — National Archives and Records Service), Forest L. Williams. Estavam presentes também o novo presidente do CIA, Arquivista dos Estados Unidos, Dr. Rhoads e Senhora, Dr. Frank B. Evans e Ann Morgan Campbeel, diretora executiva da SAA.

DO SEMINÁRIO INTERAMERICANO SOBRE COOPERAÇÃO REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE ARQUIVOS

1. ORGANIZAÇÃO, PARTICIPANTES E INÍCIO DOS TRABALHOS

A OEA, através de seu Programa de Desenvolvimento de Arquivos e a Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA), organizaram simultaneamente ao 8.^o Congresso Internacional de Arquivos, um Seminário Interamericano que reuniu especialistas em arquivo dos vários países da América Latina, e se prolongou até 8 de outubro de 1976.

Contou esse Seminário com a assistência administrativa do Arquivo Nacional e Serviço de Documentos dos Estados Unidos (NARS) e da Sociedade de Arquivistas Americanos (SAA).

A lista de participantes registrou a presença de 35 representantes de 20 países latino-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Por-

to Rico, Uruguai e Venezuela.

Além de doze autoridades ligadas a arquivos e assuntos latino-americanos, dos Estados Unidos, e mais sete representantes procedentes da Espanha, México e Suécia, contou o Seminário com oito representantes de quatro organismos internacionais: Conselho Internacional de Arquivos (CIA): Charles Kecskemeti, Secretário-Executivo e Morris Rieger, Secretário-Geral-Adjunto; UNESCO: Dr. Frank B. Evans, da Divisão de Documentação, Bibliotecas e Arquivos; OEA: Susan Benson, Especialista do Programa de Desenvolvimento de Bibliotecas e Arquivos e Carmen Rovira, Diretora Assistente Executiva, do Departamento de Assuntos Culturais, Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH): Bernard Weilbrenner, Arquivista Federal Adjunto, Patricia Kennedy e Celeste Blanco, estes do Arquivo Público do Canadá.

As atividades iniciais do Seminário se deram em almoços-de-trabalho onde os países membros da ALA discutiram problemas diversos concernentes ao relacionamento dessa entidade com o CIA, como órgão regional, em questões do valor das quotas por países, votação, eleições e outros problemas.

Os trabalhos do Seminário foram oficialmente instalados, em sessão vespertina, durante a semana de realização do Congresso, pelo Presidente da ALA, Dr. Durand Florez. Nessa oportunidade exaltou o papel dessa Associação para o mundo arquivístico em nosso continente. Frei Alberto Lee Lopez, seu dinâmico e eficiente Secretário-Executivo fez breve relato sobre suas atividades.

2. SESSÕES DE TRABALHO

2.1 USO DOS ARQUIVOS NA AMÉRICA LATINA

Na tarde de quinta-feira, dia 30, realizou-se uma sessão dedicada ao uso dos arquivos públicos, eclesiásticos e privados, sob a presidência de O. Gutierrez, Vice-Presidente da ALA. Os trabalhos se desenvolveram em forma de painel com a participação de Lewis Hanke, Eugenia Meyer, George Browne, Clinton Black e Nettie Lee Benson. Foram apresentadas experiências, reivindicações diversas relativas à riqueza dos acervos e limitações ao uso. O Frei Stafford Poole discorreu sobre a necessidade de acesso mais eficiente aos tesouros custodiados pelas igrejas e ordens religiosas, que interessam aos historiadores. Identificaram-se os problemas dos usuários e apresentaram-se sugestões.

Concluiu-se que para quem pesquisa arquivos, o mais importante é o uso efetivo do tempo e os historiadores foram classificados como apressados e impacientes. Exigem índices e outros meios que os habilitem ao uso dos arquivos. É fora de dúvida que não contam os arquivos com o devido apoio econômico, condicionador do rendimento de trabalho, a par do pessoal técnico e motivado para a função.

Foi enfatizada a necessidade de guias que orientem os pesquisadores e evidenciem a riqueza dos fundos documentais.

Dois projetos foram propostos por Lewis Hanke (Massachusetts):

1.^o — Atualização da obra de Roscoe Hill, *Los Archivos Nacionales de La America Latina*, publicado em Havana, 1948.

2.^o — Preparo de um informe sobre os arquivos de cada país, com indicação de dados relativos a endereço, horário, descrição sucinta e geral sobre cada arquivo, publicações editadas pelo arquivo e sobre o arquivo e relação detalhada dos fichários não publicados.

Discutiram-se detalhes quanto à exigência de identificação dos pesquisadores, assunto e objetivo da pesquisa, não só como elemento para se verificar a seriedade do trabalho como para possível intercâmbio com outros pesquisadores do mesmo país ou do estrangeiro. O arquivista conquanto deva estimular o uso dos arquivos deverá prevenir abusos e se colocar na posição de servidor e conservador. Abusos verificados devem ser levados ao conhecimento de outros arquivos. Deve-se prevenir os colegas de profissão contra o usuário mal intencionado.

A recomendação n.^o 3 do Seminário propõe a revisão das normas de uso e acesso a arquivos, de modo que possam cumprir melhor suas funções informativas, reduzindo a quantidade de documentos vedados e o tempo de duração do sigilo, sem afetar a segurança dos países.

Constituiu parte dessa resolução a necessidade de requerimento por escrito quanto ao tema a pesquisar e o fornecimento a estudantes de reproduções dos documentos, ao invés dos próprios originais.

Dentre várias intervenções registramos a da representante do

CONTINUAÇÃO

grupo de brasileiros, Astréa de Moraes e Castro que leu, para conhecimento do plenário, sua argumentação e série de considerandos em favor da preservação dos fundos arquivísticos e da necessidade de campanhas de conscientização das autoridades.

Foi igualmente exposto, nessa sessão, o programa de história oral desenvolvido no Instituto Nacional de Antropologia e História do México, que entusiasmou a todos. Distribuíram-se inclusive, os formulários empregados.

2.2 TENDÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO DOS ARQUIVOS LATINO-AMERICANOS

Na sessão realizada na manhã do dia 4 de outubro, segunda-feira, os expositores, Dr.^a Vicenta Cortés, Dr. Rodríguez Morales, Frei Lee Lopez e Dr. Tanodi fizeram uma análise panorâmica de todas as iniciativas relacionadas com arquivos, na América Latina. As exposições e apartes giraram em torno dos programas e promoções da OEA, UNESCO, CIA, IPGH, em eventos internacionais, regionais e em iniciativas locais, com o apoio desses organismos, sob a presidência da Sr.^a Luz Aiba Chacón, da Costa Rica.

A Dr.^a Vicenta Cortés manifestou inicialmente o seu ponto de vista de que o desenvolvimento no campo arquivístico é produto de colaboração entre instituições e pessoas, administradores, professores de história, usuários e autoridades nacionais. Colocou a premissa de que toda a ajuda é necessária e se não há união, não há progresso. Por outro lado, mencionou a fase preliminar às iniciativas enumeradas como a pré-história dos arquivos latino-americanos.

Foram lembrados o Seminário Interamericano, de 1961, e a Reunião Técnica para o Desenvolvimento de Arquivos, de 1972, ambos realizados em Washington. O primeiro por sugestão da Comissão de História do IPGH, através de um Comitê ad-hoc de Arquivos, sob a direção do Dr. Schellenberg e o segundo por iniciativa da OEA. A reunião de 1972 contou com a assessoria preliminar da Dr.^a Cortés que cumpriu um programa de visitas a vários países com vistas à formulação de um programa sistemático, de cooperação técnica em matéria de arquivos, baseado no conhecimento da realidade americana. Dessa Reunião resultou a Carta dos Arquivos Americanos que incorporou suas recomendações. Determinou-se a criação do Centro Multinacional de Formação de Arquivistas, na Escola de Arquivistas da Universidade Nacional de Córdoba. Pretendeu-se, inclusive, a criação de um Conselho Interamericano de Arquivos (CIDEA) que seria membro do CIA. Recomendou-se também a publicação de um Boletim Interamericano de Arquivos, veículo de comunicação entre os arquivistas americanos, do qual ficou encarregado o Centro Multinacional de Formação de Arquivistas de Córdoba, dirigido pelo insigne arquivista argentino, Dr. Tanodi.

Na sessão final do Seminário foi aprovada uma recomendação no sentido de que a ALA faça reeditar e divulgar amplamente a Declaração de Princípios, de 1961 e a Carta dos Arquivos, de 1972. Muitas metas e aspirações dos arquivistas se encontram nesses documentos.

Dr. Tanodi ao se referir às atividades do CIA, da UNESCO, ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento de Arquivos, ao Plano de Desenvolvimento das Nações Unidas (PDNU) e o IPGH fez referências às páginas de Comunicação que preparou para o Congresso Internacional de Arquivos e à matéria do 1.º número do Boletim Interamericano de Arquivos, de 1974, bem como ao 2.º número, em fase de lançamento. Mencionamos, a seguir, algumas informações que se encontram nesses documentos.

O Seminário Multinacional sobre Planificação e Reorganização de Arquivos Nacionais, realizada em Lima, Peru, em 1973, sob os auspícios da OEA, resultou na criação da ALA.

Na Reunião do IPGH de 1974, em Ottawa, houve duas preocupações maiores: a UNESCO estava interessada em desenvolver o problema dos arquivos e a tática a ser adotada seria:

- 1 — início de um projeto piloto em um país latino-americano;
- 2 — análise da situação dos arquivos nos países para o apoio do NATIS.

Em 1975 a UNESCO iniciou um plano piloto de duração prevista para 3 anos, em Costa Rica.

A Reunião de Bogotá, da UNESCO, em 1975, teve por enfoque principal os Arquivos Nacionais e os respectivos sistemas nacionais de informações. Aparentaram-se, em suas recomendações finais, problemas básicos como terminologia, administração pública versus arquivos e outras.

A política de aproximação dos arquivos, bibliotecas e serviços de documentação todos envolvidos no processo de prestar informações, foi iniciada em 1972, em Washington, por ocasião do Seminário Interamericano sobre Integração dos Serviços de Informações de Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação na América Latina e Caribe, e posteriormente, em nível internacional, na Conferência Intergovernamental sobre o Planejamento das Infra-estruturas Nacionais de Documentação, Bibliotecas e Arquivos, organizada pela UNESCO, em 1974, que resultou no planejamento do NATIS.

O CIA através de estudos do Comitê para o Desenvolvimento de Arquivos (CDA) secretariado pelo Dr. M. Rieger e da Conferência desse Comitê, em Dakar, estabeleceu as normas de ajuda do Fundo Internacional para o Desenvolvimento de Arquivos, criado em 1974.

A UNESCO dedica fundos para treinamento de arquivistas, bibliotecários e documentaristas como essencial à infra-estrutura do NATIS. Consta de sua programação incentivar a formação de arquivistas e documentaristas onde já existam escolas de biblioteconomia. O primeiro resultado concreto de uso do programa de assistência da UNESCO e PDNU foi a Escola de Biblioteconomia de Dakar, Senegal, que se transformou em Escola de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação.

O Fundo Internacional para o Desenvolvimento de Arquivos, segundo depoimento do Dr. Kecskemeti é instrumento do CIA, administrado pelo próprio Comitê de Desenvolvimento de Arquivos e tem por objetivo proceder a intervenções urgentes. Na verdade a UNESCO é o instrumento real. Esse Comitê passou agora à Presidência do Dr. Rieger e compõe-se de mais 18 membros, dos quais, alguns países que têm programas bilaterais de assistência técnica: Grã-Bretanha, França e URSS.

O representante da UNESCO, Dr. Evans usou novamente da palavra e falou em nome de Célia Zaher, Diretora do Departamento de Documentação, Bibliotecas e Arquivos, para sugerir aos participantes uma tática de ação através das delegações nacionais. É necessário que sensibilizemos os delegados permanentes da UNESCO e os enviados à Conferência Geral onde se discutem programas e orçamentos, para a causa dos arquivos. É necessário que conheçamos quem são essas autoridades e que lhe falemos das necessidades dos arquivos. É importante que lhe façamos chegar às mãos as recomendações do 8.º Congresso Internacional de Arquivos.

A UNESCO enfrenta dificuldades financeiras e lamentavelmente tem problemas políticos. É um desafio à luta. Embora desejem colaborar com os Estados-Membros, estão limitados pelas regras e regulamentos internos. Há necessidade que pressionemos através de nossos representantes.

Embora não haja um consenso geral quanto ao NATIS, segundo Dr. Evans, cada país deve também prever o treinamento nas três áreas, formando profissionais arquivistas, bibliotecários e documentaristas.

Para finalizar, Dr. Evans mencionou o tipo de assistência que se pode solicitar:

- 1 — visita de um técnico — missão por um período de tempo reduzido;
- 2 — missão para desenvolver a legislação relativa à administração dos arquivos ou até para regularizar ou melhorar a existente;
- 3 — projetos para prédios de arquivos. Missão para estabelecer as especificações de um novo prédio, mesmo que não se cogite de sua construção imediata;
- 4 — técnicos em reprografia;
- 5 — técnicos em preservação de documentos;
- 6 — concessão de dados de estudo para Londres, Paris e demais centros;
- 7 — projetos de cooperação inter-regional.

Dr. Kecskemeti, por sua vez, prestou esclarecimentos quanto às atividades do CIA. Não há discriminação em relação a países que sejam membros ou não. A única diferença é que só não recebem as publicações do CIA. Contudo, para se prestar ajuda é necessário que se conte com o apoio do governo. Há necessidade clara e firme da vontade do governo que, inicialmente, se comprometa com a causa dos arquivos em seu respectivo país.

Formulou em seguida uma proposta no sentido de se estabelecer uma série de normas básicas para o desenvolvimento de legislação específica.

Afirmou-se que os arquivos se caracterizam como entidades de serviço, a serviço do próprio governo e assim como há preocupação com uma boa administração de pessoal, boa administração fiscal também deve haver uma boa administração de documentos.

CONTINUAÇÃO

Considerando ainda o fato de que a cooperação internacional nos últimos 15 anos tem sido uma atividade improvisada, não é possível se continuar nesse sistema. Recomendou-se como necessário, dentro da ALA, um elemento para coletar os primeiros dados para efeito de coordenação permanente. A ALA seria o ponto centralizador, de forma a se poder organizar a cooperação entre a UNESCO, ALA, CIA, etc. para efeito de aplicação na América Latina.

Há necessidade de se definir e reunir as condições de desenvolvimento arquivístico.

Nos últimos 5 anos a tendência que se verifica é a de se criar centros regionais de formação de arquivistas e de projetos pilotos para a organização de arquivos nacionais com influência regional.

Presta-se assistência para formação de pessoal, assistência técnica e organização dos arquivos dos países, treinamento e implantação de laboratórios técnicos de reprografia e de restauração.

Durante esta sessão de Seminário vários países como Argentina, Panamá, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, Equador, Paraguai, Uruguai, El Salvador, Chile, Honduras e México relataram suas conquistas e seus problemas e deficiências.

"A América Latina está mais identificada pelas suas deficiências do que pelo progresso". Esta afirmativa é de José Pedro Pinto Espoel que desenvolveu sua intervenção em torno de três pontos: 1) necessidade de arquivistas profissionais; 2) qualificação dos funcionários dos arquivos (que não sejam os inaptos para qualquer outra função, os carentes, os idosos, ou enfim, os inoperantes); e 3) que os diretores de arquivos sejam técnicos. Que a escolha dos cargos de direção recaia em profissionais e o provimento não se efetive por injunções políticas. Ressaltando o trabalho realizado pelo professor José Honório Rodrigues, à frente do Arquivo Nacional, e o desenvolvimento que se vem verificando nesses últimos 16 anos, inclusive sob a atual direção do Dr. Raul Lima, propõe que se examinem os currículos dos candidatos à direção de arquivos e que haja desses candidatos um compromisso técnico.

Peru foi mencionado como o país latino-americano que mais agiu no sentido de obter assistência da OEA, segundo seu programa de criar um moderno sistema de arquivos, planejado e coordenado pelo Arquivo Geral da Nação, em resposta à proposta de seu diretor, Dr. Durand Florez. Desde 1973 se beneficia da concessão de equipamento, assistência técnica, inclusive em 1976, através da presença do Dr. Tanodi, durante 2 meses.

2.3 ASSOCIAÇÕES E AÇÃO PROFISSIONAL ARQUIVÍSTICA DA AMÉRICA LATINA

A 3.^a Reunião do Seminário, realizada na tarde de segunda-feira, presidida pelo Dr. Durand Florez, teve José Pedro Pinto Espoel como expositor.

De maneira clara e ordenada, o representante brasileiro expôs suas idéias sobre o papel das associações de profissionais arquivísticos que valorizam seu mister e, por suas atividades, revelam o grau de maturidade e apreço em que é tida a classe. Seu trabalho foi esquematizado nos seguintes itens: 1) advertência prévia; 2) o que é associação e ação profissional; 3) para que; 4) como; 5) recomendações práticas.

Reservando a posição de cabeça do Sistema ao Arquivo Nacional, reivindica para as associações nacionais uma posição de destaque e respeito pelo muito que fazem e podem fazer pelos arquivos. A associação de um país revela o apreço em que é tida a classe e sua maturidade pode ser medida, quando os profissionais se reúnem para valorizar o mister que lhes cabe. Colocou a atuação das associações como a entidade que fiscaliza e defende a integridade dos arquivos, conscientiza o governo e o público em geral quanto aos anseios e objetivos da classe e promove a formação de pessoal técnico. Enfatizou o ponto de que a melhor formação de um arquivista é um curso de arquivo. A formação em história não satisfaz, segundo o expositor. Por outro lado, é necessário que os professores que formam arquivistas sejam profissionais de arquivos e não técnicos de outras áreas. Essa posição foi enfatizada, em outras oportunidades, pelo Dr. Evans que afirmou: ninguém se torna arquivista por haver passado por uma escola especializada. Faz-se mister o treinamento em serviço.

A grande tônica do trabalho do expositor foi a necessidade de valorizar as associações nacionais de arquivistas: que participem as mesmas de estudos técnicos, que possam opinar no critério de seleção de bolsistas; que para os eventos internacionais sejam indicados

arquivistas; que os diretores de arquivos sejam profissionais; que se disponha sobre a regulamentação profissional, dignificando-se a profissão, e evitando-se a evasão desses especialistas.

Constituiu recomendação final do expositor a necessidade de os organismos internacionais abrirem a possibilidade de assistência técnica às associações nacionais.

O trabalho do arquivista Helmut Damm sobre associações de arquivistas, apresentado à Assembléia Geral do CIA, durante o 8.^o Congresso Internacional de Arquivos é invocado por Espoel. Ao valorizar essas associações em todos os sentidos o mencionado autor propôs a criação de um órgão que congregasse o trabalho das associações em nível internacional, o que resultou na criação de uma Seção de Associações Profissionais de Arquivistas, no CIA, como vimos no relatório daquele Congresso.

Em seguida, Durand Florez propôs a criação de um comitê de associações, na ALA, para que se trabalhe junto e em conjunto, o que de fato ocorreu. Quanto à regulamentação profissional, embora reconheça ser tarefa nada fácil, julga-a importante para a dignidade dos arquivistas. Grande é a dificuldade em fazer com que os governos se sensibilizem com o problema e escutem esses profissionais, afirmou.

Verificaram-se intervenções de representantes de associações, e outras, de países diversos, como Argentina, México, Porto Rico, Bolívia, Colômbia e Canadá, todos no sentido de necessidade de conscientização dos governos, empenho dos arquivistas quanto ao valor da causa abraçada, co-responsabilidade dos organismos internacionais (UNESCO, CIA, etc.) e legislação.

Dr. Evans contestou algumas colocações e formulou outras. Enfatizou a necessidade de uma lei que proíba eliminações indiscriminadas de documentos de arquivos.

Segundo sua opinião o problema dos Arquivos não se trata apenas de relações públicas. É antes de tudo um problema de mostrar serviço, garantia de sucesso. Deve haver, como respaldo para a carreira, a formação. São suas as palavras: Ninguém pede profissionalização — conquista-a; comporta-se como profissional, enfatiza a formação escolar e especializada, define o que é peculiar à profissão, estabelece-se os padrões.

Finalmente mencionou a ênfase histórica de parte das instituições arquivísticas como motivo do descaso verificado e recomendou que nos envolvamos com a administração dos documentos, batemos por centros de arquivamento intermediário. Essa combinação de interesses por certo elevará a posição e o conceito da arquivística.

2.4 FORMAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE ARQUIVISTA

A sessão dedicada à formação e regulamentação da profissão de arquivistas foi uma das mais ricas em contribuições.

O Sr. Humberto Mundo Reys, Diretor da Escola Nacional de Biblioteconomia e Arquivo do México, presidiu-a. Relatou brevemente sua experiência e falou sobre a publicação que edita, *Biblioteca y Archivos*. Alberto Crespo, Diretor do Arquivo de La Paz, Bolívia, referiu-se ao curso de 6 semanas, solicitado à OEA, em 1975. A Universidade de La Paz funcionou como coordenadora e o projeto foi ampliado. Com a cooperação de 2 arquivistas promoveram um levantamento da situação dos arquivos naquele país. Já em 1976 iniciaram um curso de 3 meses em que ministraram aulas sobre Arquivos Administrativos, Paleografia, Teoria e Arquivos Bolivianos. Previa-se 40 interessados e se inscreveram e concluíram o curso 180 pessoas.

O mencionado projeto de levantamento nesse país teve por objetivo um Programa de desenvolvimento de serviços de administração de documentos públicos e não de arquivos históricos. Teve um alcance mais amplo, alcance integral, considerando o curso dos documentos que são únicos, desde que se criam até a destruição dos supérfluos ou dos que chegam ao arquivo de custódia. Qualquer planejamento exige que se tenha em mãos informações básicas.

Nesta oportunidade, como em outras mais, inclusive durante o Congresso Internacional, insistiu o Sr. Gunnar Mendoza, Diretor do Arquivo Nacional da Bolívia, no ponto de vista que procurou enfatizar sobre a necessidade de se distinguir arquivos ativos, semi-ativos e permanentes e de se identificar a documentação de valor, conhecer o seu volume, evitar destruições arbitrárias e sem controle. O projeto iniciado com a ajuda da OEA, como já foi mencionado, foi declarado de utilidade pública, por decreto. Através de um curso de planejamento se preparou o pessoal que deverá cooperar no mesmo. O seu

CONTINUAÇÃO

objetivo é organizar e manter arquivos permanentes em regiões diversas, desenvolvimento dos departamentos, já que seu regime de governo é unitário. Pretendem, ao final, obter uma lei de Documentação e Arquivo e produzir um Manual Nacional de Procedimentos Técnicos, com informações básicas. Este projeto que visa principalmente os órgãos públicos, inclui também as igrejas.

Dr. Tanodi, Diretor do Centro Interamericano de Formação de Arquivistas, localizado na Escola de Arquivistas da Universidade Nacional de Córdoba, fez uma síntese do ensino arquivístico no plano latino-americano, recomendando, inclusive, a leitura do *Boletín Interamericano de Archivos* que edita e cujo 2.º número também acaba de ser publicado.

Falou também das diferentes atividades dos arquivistas voltadas para arquivos ativos, intermediários e permanentes e das diversas categorias de pessoal, exigido não só em nível superior como em nível médio. As atividades profissionais e técnicas de recolhimento, seleção, descrição e arranjo, além das que envolvem laboratórios e informática, tornam o problema do ensino arquivístico bastante complexo.

Enfatizou a necessidade de se abandonar o estado atual de empirismo que se verifica no pessoal de arquivo, desde os mais graduados até os mais modestos auxiliares. Embora reconheça na arquivística uma índole prática é tempo de se preparar metodicamente os que vão ingressar no exercício da profissão, ministrando-lhe fundamentos sólidos, dentro da melhor técnica. Colocou ainda o problema de reciclagem para atualização de conhecimentos, e admitiu duas categorias de cursos: 1) formação total e 2) especialização para determinada função.

Embora admitindo cursos em nível médio, é de parecer que devam ser em nível superior. Mencionou as iniciativas do México, Venezuela, Brasil, Colômbia e Equador e dos esforços que vêm sendo desenvolvidos no Peru, Costa Rica, Panamá e em outros países.

Mencionou ainda, o Dr. Tanodi, as facilidades que a OEA tem oferecido através de cursos interamericanos e na Escola de Documentalistas de Madri.

Esquematizou as funções da Escola de Córdoba que se traduzem em ensino, planejamento das funções arquivísticas e publicação. Como estabelecimento de ensino tem capacidade para receber o dobro de bolsistas, desde que às expensas dos países interessados. O Centro de Córdoba já deu assistência à Bolívia e ao Peru em matéria de planejamento. Considerou como necessidade fundamental, O Dr. Tanodi, a formação de pessoal docente e a outorga de bolsas especialmente a professores. Mencionou como necessário, também, o apoio bibliográfico e que se esteja a par do que se publica, que se aprenda a ler, e que se prepare material didático. Mostrou as perspectivas que se nos oferecem, a exemplo da máquina *offset* doada pela OEA ao Centro de Córdoba e empenhou-se em que cada país designe um correspondente responsável pela remessa de matéria para o *Boletín Interamericano de Archivos*. Pediu a colaboração de arquivistas, dos diretores de arquivos e de associações que podem ter seus correspondentes, através de artigos curtos, claros, objetivos e inteligentes.

Demonstrou ainda interesse em receber currículos vita de todos os arquivistas latino-americanos. Sua palavra final foi de que haja planejamento em nível nacional para a criação de cursos.

Dr. Evans apontou quatro níveis de treinamento necessário:

- 1) não profissional e de apoio, de auxiliares responsáveis para o trabalho físico, e tarefas de rotina como preparar listas. A seleção desse pessoal cabe aos próprios Arquivos e o treinamento ao pessoal técnico. Neste nível há pouco a se oferecer, exceto em linhas gerais;
- 2) o Arquivo Nacional pode oferecer ao seu pessoal treinamento através da Universidade local, onde se ensina história em geral, das instituições e do país, sua paleografia e sigilografia, em bases acadêmicas, abstrata e teórica, mas também prática;
- 3) aperfeiçoamento técnico para supervisores e responsáveis que podem se beneficiar dos cursos de Madri e Córdoba. Os países podem igualmente receber assistência através da visita de técnicos.
- 4) treinamento em administração de documentos (*records management*).

O que se deseja é que cada país tenha o seu centro de treinamento, mas até que essa situação se possa tornar uma realidade, que se usufrua dos centros estrangeiros.

Frei Lee Lopez, como Secretário Executivo da ALA, lembrou os propósitos daquela Associação que seria o de se chegar a conclusões concretas e objetivas quanto à formação de arquivistas em nossos países. Mencionou a escola de treinamento de administração pública da Colômbia que oferece cursos improvisados e rápidos que tratam apenas dos critérios puramente administrativos e pragmáticos. Ignoram o que sejam documentos de arquivo. Seria necessário se chegar a um mínimo de recomendações.

Houve discussão em torno de licenciados e técnicos em arquivo, formação em nível médio e saturação de mercado de trabalho.

Constituiu recomendação de Gunnar Mendoza, da Bolívia, que se processe a formação mediante cursos audiovisuais, fornecidos pela UNESCO e que o treinamento se faça no próprio trabalho, a cargo dos Arquivos.

A primeira recomendação foi bastante contestada, inclusive pelo Professor Esposel, e foi incorporada nas recomendações finais, porém, admitindo os audiovisuais como instrumento auxiliar de ensino e não como método de formação.

O problema da regulamentação da profissão foi menos discutido e a par de algumas intervenções que admitiam ser arquivistas os que se entregam a trabalhos em arquivos, reconheceu-se a importância de uma legislação que assegure a sua inclusão no campo das profissões liberais.

Morris Rieger, do CIA, formulou proposta endossada por todos, e incorporada nas recomendações finais, de que a ALA realize, em 1977, um Seminário sobre administração de documentos com ênfase nos problemas de transferência, segundo criteriosos julgamentos de valor (*record management and retirement*), com a participação de um pequeno grupo: pessoas representativas da administração, ou das maiores entidades de cada país.

Em suas palavras finais, o representante da UNESCO referiu-se à sua experiência pessoal de só haver recebido instrução formal arquivística durante duas semanas, e lembrou que nos cabe grande responsabilidade no período em que vivemos, porém, outras gerações nos seguirão. A essas caberá o futuro; caberá mostrar as soluções que não tenhamos conseguido.

Desenvolveram-se ainda discussões quanto à política de seleção de bolsistas da UNESCO e OEA que devem contar com o apoio do Arquivo Nacional dos países, sendo conveniente e recomendável que as associações de arquivistas e escolas se envolvam com o processo de seleção a nível nacional.

Denunciou-se a displicência dos órgãos encarregados de difundir nos países a existência de programas de concessão de bolsas. Houve a sugestão de que os próprios organismos, que as outorgam, façam a necessária divulgação.

2.5 TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA

O problema da terminologia mereceu considerações especiais de parte do Dr. Ulibarri, do Arquivo Nacional dos Estados Unidos, e do Professor Esposel na sessão dedicada ao assunto, na manhã de 6 de outubro.

Dr. Evans suplementou com aparte expondo sobre o projeto que a UNESCO tem com o CIA, no sentido de levantar um glossário. O primeiro passo é o levantamento de uma lista mundial e o segundo constará de definições, para substituir o *Eiseviers Lexicon of Archive Terminology*, de 1964. Os relatórios estatísticos cujos dados são considerados de importância nos pedidos de apoio a um programa têm uma grande implicação com os conceitos e termos técnicos, na obtenção uniforme dos dados, segundo esse especialista da UNESCO.

A normatização da terminologia é uma dificuldade a ser superada já que em um mesmo continente, num mesmo grupo lingüístico os termos não têm a mesma conotação. Existe o problema para o castelhano que deve contar com a cooperação da Espanha e do português que deve incorporar a terminologia também usada em Portugal, segundo aparte do Professor Esposel.

Dr. Evans, ao comentar o glossário editado nos Estados Unidos, fruto de trabalho de um grupo durante cinco anos, falou da dificuldade acarretada pela diferença de opinião das pessoas. Optaram por fazer um glossário prescritivo e não meramente descritivo dos conceitos. Há que se entender o termo assim! Se existe diferença de conceitos, procurar um acordo quanto ao uso do termo, conciliando os diversos pontos de vista.

Houve apoio de participantes, como Dr. Rodriguez Maralez e Dr.ª Vicenta Cortés quanto à necessidade de se estabelecer a linguagem, determinando-se como se deve dizer e não se perder em considerações sobre os conceitos locais.

CONTINUAÇÃO

Constituiu também sugestão valiosa a da Prof.^a Crespo, da Espanha, de não tentarmos incluir em glossários de arquivo termos que não controlamos como profissionais, ou seja, termos usuais da língua e de campos afins, da reprografia e conservação de documentos, por exemplo.

Finalmente, uma vez que se assentem os conceitos, há que se forçar o emprego e adotá-los nas aulas, artigos de periódicos e livros. Uma geração mais e o problema se resolverá pelo uso cuidadoso dos termos técnicos, afirmou-se.

A terminologia é dinâmica. Os termos aumentam em número e escopo. O CIA conta com um comitê específico e foi igualmente criado um, na ALA, ao fim do Seminário.

Considerando-se o controle dos documentos único, desde a produção até as últimas providências, a terminologia deve envolver igualmente todo o ciclo, segundo intervenção do Dr. Gunnar Mendoza.

Antes de ser levantada a sessão, a Prof.^a Crespo, da Espanha, fez breve relato sobre problemas de restauração, conservação e microfilmagem, nos Estados Unidos e na Espanha. Comentou o trabalho que se desenvolve em Utah, como não atendendo a melhor técnica, no que concerne à densidade dos fotogramas, tomados em várias partes do mundo.

Expôs a nova política de microfilmagem da Espanha, que não permitia reproduções por inteiro. Após iniciarem as atividades do Centro Nacional de Microfilme, constatou-se uma política mais liberal.

2.6 AUXILIARES DE PESQUISA — DESCRIÇÃO E GUIAS

A 6.^a Reunião, realizada no dia 6, na parte da tarde, sob a presidência de Gunnar Mendoza, versou sobre auxiliares de pesquisa (guias, inventários, índices, catálogos). O expositor, Dr. Durand Florez Peru [arroulou e definiu cada um desses instrumentos.

O Dr. Ulibarri discorreu sobre as técnicas descritivas que se tem desenvolvido nos Estados Unidos. A descrição deve ser coletiva, partindo do geral, isto é, do grupo para a série e só depois, individualmente por peça, quando o valor do documento a justificar. O trabalho de descrição, que nada mais é do que a análise dos documentos, foi abordado sob todos os seus aspectos, em relação aos atributos extrínsecos e intrínsecos dos documentos. Na oportunidade foram distribuídos exemplares deste trabalho, de interesse geral, que prima pela simplicidade e metodologia.

Nessa sessão o Prof. Esposel, a partir de afirmativa de que "a categoria do trabalho de um arquivista depende dos meios de pesquisa que consegue produzir", apresentou exemplos, através de transparência, de modelos de inventário, catálogo, repertório e índice, preparados no Brasil, por Maria Amélia Migueis e publicados no último número de revista da AAB, *Arquivo & Administração*.

Para um dos representantes do México, a falta de inventários é o mesmo que não possuir arquivos. Afirmou ainda que não há fórmulas feitas, é necessário estudar a documentação.

A Dr.^a Vicenta Cortés enfatizou a conveniência de um censo arquivístico, e anunciou que se acha em fase de impressão o guia de arquivos espanhóis. Utilizaram as normas francesas que traduziram e fizeram publicar no *Boletín general de archivos y bibliotecas*.

O Professor Esposel emitiu outro aparte no sentido de que os instrumentos de busca, preparados na fase corrente, sejam transferidos com os respectivos fundos ao arquivo de custódia.

Percebeu-se uma grande influência da obra de T.R. Schellenberg nos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos nos vários países.

A grande tônica desta sessão foi a necessidade de preparo e publicação de guias de arquivos nacionais, como preliminar, em termos de descrição coletiva, seguida de índices e resumos.

Segundo o Presidente da Sessão, Gunnar Mendoza, o censo dos arquivos é uma necessidade, pois mostra a realidade arquivística de um país; além de útil para o usuário e necessário para fins de planejamento. Constitui necessidade fundamental de uma política de arquivos, com definição de objetivos, estratégia de ação e meios disponíveis. A adoção de uma política arquivística para cada país é essencial para se começar.

2.7 COMITÊS PERMANENTES DA ALA

As duas últimas sessões de trabalho do Seminário foram dedicadas à criação de Comitês Permanentes, segundo o capítulo VIII, artigo 40 do Estatuto da ALA, e aprovação de programas de trabalho. Decidiu-se pela constituição dos seguintes comitês:

- 1 — Legislação: sistema nacional de arquivos e regulamentos;
- 2 — Pessoal: formação, regulamentação profissional e associações;
- 3 — Terminologia;
- 4 — Acessibilidade: princípios, técnicas e difusão (descrição, instrumentos auxiliares de pesquisas e serviços);
- 5 — Conservação: preservação e restauração;
- 6 — Administração de documentos.

Em seguida procederam-se às indicações e candidaturas aos vários comitês. Uma vez compostos, foram os respectivos presidentes e relatores indicados por sugestão dos participantes. Para presidir o Comitê de Pessoal, foi indicado José Pedro Pinto Esposel. Para os de Conservação e de Administração de Documentos foram indicadas, como relatoras, respectivamente, Regina Alves Vieira e Nilza Teixeira Soares.

Os demais comitês são, também, integrados por brasileiros: Astéa de Moraes e Castro, para o de Acessibilidade, e Helena Corrêa Machado e Marilena Leite Paes, indicadas *ex-officio* para os de Legislação e de Terminologia.

No próprio dia do encerramento do Seminário os relatores dos Comitês Permanentes da ALA, designados na véspera, apresentaram seus programas de trabalho a serem participados por todos os países membros até a próxima Assembléia Geral dessa Associação, a se realizar em 1977, na cidade de Quito.

Em anexo, incluímos os programas dos Comitês de Pessoal, de Conservação e de Administração de Documentos; apresentados por José Pedro Pinto Esposel, Regina Alves Vieira e Nilza Teixeira Soares.

Constituiu recomendação final do Seminário que os países membros da ALA contem com um membro em cada comitê. Por outro lado, ficou assentado que se organizará um centro de informações, em Córdoba, e para efeito de divulgação das atividades dos Comitês da ALA se publicará um boletim especial sumário, a cargo do Dr. Tanodi, a quem se remeterão os informes.

3. SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Usaram da palavra, nessa sessão, o presidente da ALA, Sr. Durand Florez que enfatizou o trabalho que vem sendo desenvolvido no sentido de determinar o futuro da ALA e sua implicação com os arquivos oficiais, de empresas multinacionais e outros, para se escrever a história dos países.

O representante da OEA, diretor do Programa de Bibliotecas e Arquivos, enfatizou o valor da informação, na sociedade moderna, e da importante tarefa que os arquivistas têm a cumprir, no sentido de que nada funciona se não se mantêm informações bem preparadas.

Falaram, entre outros, o Dr. Frank B. Evans, Susan S. Benson, o representante do Comitê de Arquivos do IPGH e, finalmente, o Dr. Kecskemeti, do CIA, pronúncia expressiva alocação. Iniciou seu improvisado parafraseando André Frossard: "Deus existe — eu o encontrei".

Para Kecskemeti o importante, em termos de ALA, é o trabalho permanente de seus comitês e associados. O importante é publicar, tanto ao nível nacional como internacional. Fez ainda uma imagem, em relação à América Latina, citando Monsieur Braibant que, como Diretor do Arquivo Nacional da França, disse: "É preciso cobrir a França do *manteau blanc des archives*". Segundo Kecskemeti, até agora a colaboração ao CIA tem sido limitada, é necessário que seja mais decisiva, tanto no Comitê Executivo como nas mesas redondas e nos comitês técnicos. Aconselhou os arquivistas latino-americanos a não serem modestos. Os arquivos e os arquivistas são úteis, são importantes e é necessário que se reconheça esta importância. É necessário também que sejam ambiciosos. Formulou, em sua, dois votos:

- 1) que em todos os países os arquivos estejam representados no seio da delegação nacional junto à UNESCO;
- 2) que a ALA mantenha um secretariado permanente, para a realização de seus objetivos.

Dr. Javier Malagón recebeu agradecimentos especiais pelo apoio que prestou à causa dos arquivos, como Diretor do Departamento Cultural da OEA, através da Unidade de Desenvolvimento de Bibliotecas que teve seu campo de ação ampliado para abranger os arquivos. Usou da palavra.

CONTINUAÇÃO

Nesta oportunidade foi prestada a devida homenagem ao Dr. Theodore R. Schellenberg, responsável pela 1.ª Reunião Interamericana de Arquivo (Washington, 1961), e a quantos hajam dado sua parcela de contribuição à causa dos arquivos.

Ao Dr. Tanodi foi outorgado o título de sócio honorário da ALA. Na oportunidade, Nilza Teixeira Soares usou da palavra para lembrar a pessoa do Diretor do Arquivo Nacional, Dr. Raul Lima e lamentou a sua não participação, no Seminário, como membro que é do Conselho Executivo de ALA. Manifestou, ainda, seu agradecimento por suas diligências, junto à OEA, que viabilizaram sua participação neste evento de tão grande significado técnico e profissional e de tanta importância e interesse público.

A Sr.ª Susan S. Benson formulou, por sua vez, agradecimentos aos participantes e votos de que a ALA se constitua em órgão assessor da OEA, no Programa de Desenvolvimento de Arquivos, apresentando críticas e sugestões concretas, no objetivo de melhorá-lo, quando necessário e oportuno.

3.1 A PROPÓSITO DAS RESOLUÇÕES

À medida que se desenvolveram os trabalhos do Seminário foram sendo formuladas propostas de recomendações.

A Mesa da Sessão inicial constituiu uma comissão, encarregada de sua redação, composta do Sr. César A. Garcia Beisunce, Diretor do Arquivo Geral da Argentina, Astréa de Moraes e Castro, Chefe da Seção de Documentos Históricos da Coordenação de Arquivo da Câmara dos Deputados e de outros membros. As resoluções propostas e votadas, em número de 24, cujo texto se encontra em anexo, versam sobre:

- n. 1 — Arquivos Eclesiásticos da Igreja Católica, n. 2;
- n. 2 — Arquivos Eclesiásticos não católicos;
- n. 3 — Acesso e conservação de documentos;
- n. 4 — Guias;
- n. 5 — Conscientização dos governos sobre a função dos arquivos;
- n. 6 — Formação do arquivista;
- n. 7 — Bolsas de estudo internacionais;
- n. 8 — Associações profissionais;
- n. 9 — Fundos para viagens intercontinentais;
- n. 10 — Representação em reuniões internacionais;
- n. 11 — Arquivos orais;
- n. 12 — Comitês permanentes;
- n. 13 — Agradecimento à OEA, na pessoa de Alejandro Orfila;
- n. 14 — Agradecimento à UNESCO, na pessoa do Dr. Frank Evans;
- n. 15 — Programas audiovisuais;
- n. 16 — Curso de administração de documentos;
- n. 17 — Arquivos de Ministérios de Relações Exteriores e Presidências;
- n. 18 — Agradecimento à Tinker Foundation;
- n. 19 — Produção de guias, sumários, dos Arquivos Nacionais, projeto a ser executado pelo Comitê de Acessibilidade: princípios e técnicas, da ALA;
- n. 20 — Agradecimento ao Dr. Javier Malagón; Idem ao Dr. Kecskemeti, do CIA;
- n. 21 — Publicação de um Boletim informativo sumário, em Córdoba, pelo Dr. Tanodi;
- n. 22 — Concessão do título de Membro Honorário da ALA ao Dr. Tanodi;
- n. 23 — Assistência técnica aos países para execução do censo do patrimônio documental, recomendado pelo VIII Congresso Internacional de Arquivos;
- n. 24 — Moção pela reedição e ampla divulgação de Declaração de princípios da 1.ª Reunião Interamericana de Arquivos, realizada em Washington, 1961; Idem quanto à Carta dos Arquivos, de 1972.

4. ATIVIDADES DIVERSAS

Os integrantes do Seminário participaram de diversas atividades, promovidas simultaneamente ao 8.º Congresso, conforme se verifica no relatório anterior. Destacamos como muito produtiva a ida do grupo a Sunland, em Maryland, para visita técnica, a um dos 15 Centros de Arquivamento Intermediário (Records Centers), mantido pelo Serviço de Administração de Documentos (Office of Records

Management) do NARS, em todo o território dos Estados Unidos.

Na tarde de 5 de outubro, os participantes do Seminário foram convidados a fazer uma visita ao Serviço de Administração e Orçamento da Presidência (US Office of Management and Budget, Executive Branch). Foram-nos expostos os problemas de arquivos e informações oficiais que ali se desenvolvem, os prazos de guarda dos projetos e processos relativos a créditos e a recursos naturais. Junto ao setor, são os mesmos conservados por seis meses depois de ultimados, e então transferidos para o Arquivo Geral do órgão. Após 4 anos são eliminados ou recolhidos ao Serviço de Administração de Documentos do NARS. Decorridos 10 anos, os de valor permanente são incorporados ao Arquivo Nacional. Uma equipe de 9 pessoas trabalha no Arquivo Geral desse órgão, mantém e prepara o descarte de cerca de 4.000 caixas (de 1 pé cúbico cada), nas quais se guardam de 50 a 1.000 documentos por unidade.

Pudemos observar os controles e registros processados em computador e recuperação de informações em terminais e listagens, inclusive quanto à legislação em tramitação no Congresso, onde cerca de 20 funcionários preparam subsídios, para efeito de apoio, ou veto do governo, às proposições.

Verificou-se um depoimento do Sr. Mario Lopez Feliu, do Arquivo Nacional dos Estados Unidos quanto ao relacionamento desse órgão com a Biblioteca do Congresso.

5. ATIVIDADES SOCIAIS

Durante a semana de realização do Congresso, houve vários acontecimentos sociais dos quais participaram os representantes de países latino-americanos, como já se relatou.

Mencionaremos aqui a recepção realizada na segunda-feira, 4 de outubro, de 18h30min. às 20h30min., para a qual foram convidados os representantes dos países membros junto à OEA, numa tentativa de conscientizar a comunidade diplomática sobre a importância dos arquivos e suas necessidades.

O Secretário Executivo para Educação, Ciência e Cultura, da OEA, Dr. Eduardo Gonzalez Reys, convidou e recebeu numa casa histórica, em Alexandria, no Estado de Virgínia a Lee Fendel House, os participantes do Seminário. Trata-se de prédio tombado e mantido como um museu que retrata o ambiente de família no século XVIII. As atendentes, vestidas à moda da época e à luz das velas transportaram os presentes a um clima verdadeiramente histórico.

O grupo latino-americano foi ainda especialmente recebido no Arquivo Nacional, com um coquetel oferecido por seu Diretor, após visita àquele órgão, na tarde de quarta-feira de 17h15min. às 19h.

Após a cerimônia da sessão de encerramento do Seminário, que se realizou em dependência da Fundação Hispânica, na Divisão de América Latina, Portugal e Espanha, na Biblioteca do Congresso, foi oferecido aos participantes desse conclave um almoço que transcorreu num ambiente elegante e fino, inclusive com todos sentados, na Sala de Música dessa Biblioteca, a Biblioteca Nacional dos Estados Unidos.

À Sr.ª Susan S. Benson desejamos expressar nossos elogios e agradecimentos pessoais por sua atuação durante todo o desenrolar do Seminário e do Congresso. A essa especialista do Programa de Desenvolvimento de Bibliotecas e Arquivos da OEA se deve, inclusive a feliz idéia da realização do próprio Seminário. Todos nós ficamos encantados com sua personalidade e dedicação à causa dos arquivos e da documentação em geral.

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE ARQUIVOS COMITÊ DE PESSOAL: FORMAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO E ASSOCIAÇÕES

PRESIDENTE: José Pedro Pinto Esposel (Brasil)
RELATOR: Alberto Crespo Rodas (Bolívia)

PLANO DE TRABALHO

1. Persuadido de que a formação profissional é um dos problemas que requer atenção prioritária na arquivística latino-americana, e que se deve encarar levando em conta os distintos níveis específicos de cada país, o Comitê apresentará na próxima reunião da ALA, proposições concretas para a capacitação dos arquivistas latino-americanos nos graus de:
 - formação de especialistas os de nível superior (universitário)
 - auxiliares
 - técnicos

CONTINUAÇÃO

2. O Comitê considera, igualmente, que é inescusável a formação de pessoal docente que se encarregue da educação arquivística. Da mesma forma, que se estabeleçam cursos de pós-graduação que complementem a capacitação dos arquivistas que tenham feito estudos de nível superior.
3. O Comitê recomenda a criação, nos países que ainda careçam delas, de Escolas de Arquivos.
4. O Comitê fará chegar, através da Diretoria da ALA, apelos às Associações e Escolas de Arquivos para que se empenhem em conseguir de seus respectivos governos, o reconhecimento oficial da profissão arquivística e que esta medida seja complementada com a criação de um escalão profissional, a fixação de remunerações justas e equitativas. E também que os governos elaborem disposições que reconheçam o direito preferencial do exercício de sua profissão aos arquivistas que possuam uma formação sistemática ou uma prática digna de ser considerada.
5. Pelo órgão regular, o Comitê estimulará a formação de associações nacionais de arquivistas, nos países em que não existam ainda entidades de tal categoria. O Comitê considera que as Associações Nacionais são um poderoso instrumento para o progresso das atividades arquivísticas em seus respectivos países.

COMITÊ DE CONSERVAÇÃO: PRESERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

PRESIDENTE: Miguel Angel Nieves (Porto Rico)
RELATORA: Regina Alves Vieira (Brasil)

PLANO DE TRABALHO

1. Realizar um levantamento geral, por meio de questionários, para conhecer a situação atual dos Arquivos Nacionais de cada país com respeito à preservação e restauração de documentos.
2. Recolhimento dos questionários.
3. Análise das informações recebidas.
4. Apresentação de relatório à reunião de Quito — Equador.

COMITÊ DE ADMINISTRAÇÃO DE DOCUMENTOS

PRESIDENTE: Arturo Valdés Oliva (Guatemala)
RELATORA: Nilza Teixeira Soares (Brasil)

1. DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS

- 1.1 Admitir que as funções do arquivista moderno se ampliaram de forma a extrapolar os limites dos arquivos permanentes ou históricos, como mero receptores.
- 1.2 Reconhecer que a Administração de Documentos implica em acompanhar todo o ciclo vital dos documentos produzidos pelos vários órgãos oficiais, no desempenho de suas respectivas funções.
- 1.3 Reconhecer que a Administração de Documentos visa, sobretudo, reduzir a volumosa massa documental produzida pelos vários órgãos, determinando de maneira sistemática e criteriosa que séries e conjuntos devem ser conservados em caráter permanente, devido ao valor que apresentam como fonte de pesquisa científica, histórica ou institucional ou como fonte probatória de direitos e quais os que devem ser eliminados a curto, médio ou longo prazo.
- 1.4 Que, através de assistência técnica, o arquivista passa a conhecer a rotina documental, o conteúdo informativo dos documentos produzidos, e pode sugerir métodos de classificações que venham a facilitar não só o uso dos documentos como também as transferências para arquivos intermediários ou provisórios, áreas de custo mais reduzido, quando não mais necessários às atividades correntes.

- 1.5 Que a Administração de Documentos implica também no envolvimento do arquivista com as atividades de documentação desempenhadas pelos órgãos de origem, como instrumentos de trabalho, como fontes de informações, para uso oficial ou para o público em geral, considerando que estas atividades se baseiam nos próprios documentos oficiais, ou seja, nos documentos dos arquivos ativos e que poderão servir como meios de busca, na fase de custódia permanente.
- 1.6 Finalmente, reconhecer que uma política de Administração de Documentos resulta em eficiência e economia para o próprio governo e beneficia os futuros pesquisadores.

2. PLANO DE TRABALHO

Considerando a abrangência do conceito da Administração de Documentos, este Comitê se limitaria, a princípio, ao seguinte:

- 2.1 Conhecer como se processa a administração dos documentos (arquivos ativos e semi-ativos), nos vários países membros da Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA).
- 2.2 Conhecer como se define, em nível nacional, a autoridade arquivística, inclusive quanto aos arquivos do Poder Legislativo e Judiciário.
- 2.3 Saber se há o consenso geral de que os documentos depois de servir aos usos correntes, i.e., depois de atender às razões pelas quais foram criados, devem passar à responsabilidade da autoridade arquivística que, de comum acordo com o órgão de origem, dispõe sobre o destino final dos documentos.
- 2.4 Conhecer a legislação existente quanto à proibição de se eliminar documentos oficiais sem o visto da autoridade no assunto.
- 2.5 Conhecer os critérios, planos e tabelas de avaliação de documentos existentes com vistas à determinação do seu prazo de guarda.
- 2.6 Conhecer a estrutura existente para recolhimento de arquivos inativos, transferidos pelos vários órgãos, inclusive quanto a depósitos centrais de arquivos intermediários (arquivos intermediários centrais).

ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS

RESOLUÇÕES

(Tradução de
Astréa e Danuza de Moraes e Castro)

- Resoluções administrativas, estatutárias e regulamentares.
- 1 — A Assembléia Geral aprova a ação iniciada há quatro anos pelo Comitê Executivo, o "Bureau" e o Secretariado a fim de por em prática as resoluções tomadas por ocasião da Assembléia Geral realizada em Moscou, em 1972.
Felicitamos todos os que concorreram para o sucesso deste trabalho e apresenta igualmente suas congratulações ao Presidente e ao "Bureau" da Conferência Internacional da Mesa Redonda de Arquivos.
 - 1 — A Assembléia Geral aprova o novo texto dos Estatutos tal como foi proposto pelo Comitê Executivo e emendado em plenário. (1)
Em consequência, a Assembléia Geral adota a seguinte resolução complementar:
A fim de poder aplicar imediatamente o artigo 19 dos Estatutos do CIA que estipula:
"o Presidente, os dois Vice-Presidentes e os quatorze Membros são eleitos pela Assembléia Geral na sua sessão ordinária para um mandato de quatro anos..." e que:
"os quatorze Membros eleitos são divididos em dois

CONTINUAÇÃO

grupos iguais dos quais o primeiro entra em função imediatamente depois da reunião da Assembléia Geral e o segundo imediatamente depois da Sessão ordinária do Comitê Executivo constituído no segundo ano seguinte à reunião da Assembléia Geral", a Assembléia Geral decide que o mandato dos Membros eleitos na Assembléia Geral de 1972 é reduzido de oito a seis anos e terá fim em 1978, em vez de em 1980.

- 3 — A Assembléia Geral aprova o novo sistema de cálculo e a nova tabela de cotas tais como foram propostas pelo Comitê Executivo (2)
- 4 — A Assembléia Geral reconhece a Associação de Arquivo das Antilhas como Ramo Regional do CIA, trazendo a sigla CARBICA.
- 5 — A Assembléia Geral reconhece a Associação Latino-Americana de Arquivo como Ramo Regional do CIA trazendo a sigla ALA.
- 6 — A Assembléia Geral, ao tomar ciência do projeto de estabelecimento próximo de um Ramo Regional do CIA no sudoeste da Ásia (SWARBICA), delega mandato ao Comitê Executivo para reconhecer oficialmente este Ramo, se estiver constituído antes de 31 de dezembro de 1977, e se os Estatutos estiverem de conformidade com as regras definidas no artigo 10 dos Estatutos do CIA.
- 7 — A Assembléia Geral decide reconhecer, aplicando o artigo 34 dos Estatutos;
 - (I) a Seção das Associações de Arquivistas e
 - (II) a Seção de Arquivistas de Organizações Internacionais constituídas em Washington D.C., dias 29 e 30 de setembro de 1976, no âmbito do Conselho Internacional de Arquivos.
- 8 — A Assembléia Geral, preocupada em permitir um reconhecimento mais preciso das realidades arquivísticas em cada país e a fim de evitar os erros de interpretação nas respostas às enquetes efetuadas sob a égide do CIA, recomenda que, na medida do possível: os questionários sejam traduzidos nas diferentes línguas oficiais do CIA e enviadas a cada país em que estas línguas são utilizadas mais frequentemente; que os relatórios provenientes destas enquetes forneçam a lista dos países interrogados e dos que responderem; que as respostas sejam colocadas nos arquivos do CIA.
- 9 — Considerando:
 - (I) que a responsabilidade central para a planificação e a utilização dos programas de assistência para desenvolvimento dos arquivos no Terceiro Mundo incumba a UNESCO como um elemento de seu programa NATIS;
 - (II) que outras organizações internacionais e nacionais, públicas e privadas contribuam igualmente para uma tal assistência;
 - (III) que o CIA reconheceu desde muito tempo como uma das primeiras obrigações profissionais ajudar o desenvolvimento das infraestruturas e dos serviços para uma gestão moderna e eficaz dos arquivos e dos documentos nos países em via de desenvolvimento;
 - (IV) que a fim de completar a ajuda limitada proveniente das fontes convencionais que podem ser utilizadas para responder às necessidades consideráveis em matéria de assistência ao desenvolvimento, o CIA criou o Fundo Internacional para o Desenvolvimento dos Arquivos;
 - (V) que o objetivo do Fundo é de servir de instrumento de financiamento complementar que não procura de modo algum entrar em competição com a UNESCO e outras organizações que têm programa de ajuda, nem suplantá-las, mas que

deseja, ao contrário, cooperar com elas, o mais estreitamente possível, e coordenar, em todo momento, sua ação com a delas.

- (VI) que o projeto de Estatutos, de Regulamento e de Procedimentos de Funcionamento, que definiu a política principal do Fundo e as regras de seu funcionamento foi preparado pelo Comitê de Desenvolvimento dos Arquivos e aprovado pelo Comitê Executivo (doc AG/76/6);
- (VII) que as emendas ao documento AG/76/6 publicadas em apêndice à presente Resolução, foram adotadas pelo Comitê de Desenvolvimento dos Arquivos em sua Sessão realizada em Washington, nos dias 20 e 21 de setembro de 1976, e ratificadas pelo Comitê Executivo; a Assembléia Geral aprova os Estatutos, o Regulamento e os Procedimentos de Funcionamento do Fundo Internacional para o Desenvolvimento dos Arquivos tais como aparecem no documento AG/76/6 com as duas emendas que figuram no apêndice da presente Resolução:

Apêndice: emendas ao documento AG/76/6:

- 1 — O texto original do artigo 1.1, Objetivos do Fundo, é assim modificado:

"O Fundo Internacional para o Desenvolvimento dos Arquivos é um instrumento do Conselho Internacional de Arquivos, organização mundial da profissão arquivística; sua finalidade fundamental é de suprir os esforços dos países do Terceiro Mundo visando a colocar em funcionamento as estruturas e os serviços de arquivos e a gestão de dossiers, eficazes e modernos, completando na medida do possível, as fontes relacionadas com este fim pela UNESCO e outras organizações de assistência.
- 2 — Na totalidade do texto, as palavras "Plano Internacional para o Desenvolvimento dos Arquivos" devem ser substituídos pelas palavras "Levantamento das necessidades do Terceiro Mundo em matéria de desenvolvimento dos Arquivos".

II — Resoluções relativas à ação do Conselho Internacional de Arquivos

- 10 — Considerando que o CIA foi um dos co-organizadores da conferência intergovernamental sobre a planificação das infraestruturas nacionais em matéria de documentação, bibliotecas e arquivos, realizada em Paris, de 23 a 27 de setembro de 1974, quatorze objetivos para atender à criação e ao desenvolvimento, entre os Estados-Membros da UNESCO, de uma nova política de informação, dita NATIS (National Information System), Considerando que a cooperação com a UNESCO é um elemento de base nas atividades do CIA e que o CIA empreendeu a assistência à UNESCO para instalar e promover o programa NATIS, a Assembléia Geral recomenda ao Comitê Executivo: examinar, por ocasião de suas reuniões, a promoção e a instalação do programa NATIS nos estados membros da UNESCO que são igualmente membros do CIA, e fazer conhecer regularmente a estes membros, os progressos realizados e as decisões tomadas, assim como as ações iniciadas ou previstas no quadro do programa NATIS, empreender ou propor, logo que possível, em cooperação com a UNESCO, o estudo dos problemas metodológicos, técnicos e institucionais em matéria de arquivos, compreendendo aqueles que colocam as necessidades da pesquisa nos arquivos em relação com o programa NATIS, e informar em determinados períodos de tempo aos seus membros o resultado de tais estudos,

CONTINUAÇÃO

solicitar a todos os seus membros através do programa NATIS que trabalhem em estreita colaboração com os documentaristas e bibliotecários para a instalação deste programa e informar ao Comitê Executivo os pontos de vista dos arquivos e dos arquivistas, podendo melhorar a aplicação do programa NATIS.

- 11 — Considerando as dificuldades encontradas tanto para a pesquisa histórica como para a administração, pelo fato de que os arquivos que interessam diretamente a um ou a vários países e são conservados por um outro país, Considerando que cabe aos arquivistas estarem prontos a fornecer, aos governos interessados, as informações precisas e a lhes propor elementos de solução, levando em conta a resolução 4.212 da Conferência Geral da UNESCO, tomada na sua décima oitava sessão, a Assembléia Geral recomenda enfaticamente aos organismos internacionais e aos governos interessados, a acolher favoravelmente os pedidos de crédito que deverão ser apresentados para estes fins, e decide convidar as administrações de arquivo a proceder ao levantamento dos arquivos em pauta, delega à Conferência Internacional da Mesa Redonda de Arquivos a elaboração, levando em conta os estudos preliminares feitos na aplicação da resolução supracitada, de um relatório geral sobre esta questão.

- 11 — A Assembléia Geral decide a celebração de uma Semana Internacional de Arquivos, em 1978, e encarrega o Comitê Executivo de marcar a data e sugerir os programas. As decisões e as sugestões do Comitê Executivo a este respeito deverão ser publicadas antes de 31 de outubro de 1977.

III — Moção Especial

- 13 — A Assembléia Geral exprime a gratidão aos arquivistas do mundo inteiro, aos governos e instituições das quais a generosidade permitiu constituir o Fundo Internacional para o Desenvolvimento dos Arquivos, muito particularmente aos Governos da Argélia, do Iran, da Nigéria e da província de Alberta.

IV — Eleições do Comitê Executivo

- 14 — Sobre a proposição do Comitê das candidaturas e em virtude do artigo 19 dos Estatutos, a Assembléia Geral elegeu por unanimidade:

- 1) Sr. James B. RHOADS, Arquivista dos Estados Unidos, Presidente,
Sr. Feffery R. EDE, Keeper do Public Records da Grã Bretanha, Vice-Presidente
Sr. Sri N. PRASAD, Diretor dos Arquivos Nacionais da Índia, Vice-Presidente,

do CIA para o período 1976—1980.

- 2) Sr. Mohammed I. ABU SALIM, Diretor do Central Records Office do Sudão,
Sr. Guy CANGAH, Diretor dos Arquivos Nacionais de Côte d'Ivoire,
Sr. F. I. DOLGIKA, Diretor Geral dos Arquivos de Estado da U.R.S.S.,
Sr. Jean FAVIER, Diretor Geral dos Arquivos da França,
Sr. Ion GAL, Diretor Geral dos Arquivos de Estado da România,
Sr. R.G. NEALE, Diretor Geral dos Arquivos da Austrália, e
Sr. Federico UDINA MARTORELL, Comissário Nacional dos Arquivos da Espanha,

membros do Comitê Executivo para o período de 1976—1980. (3)

- 3) Sr. Hans BOOMS, Presidente dos Arquivos Federais da R. F. da Alemanha,

Sr. Oscar GAUYE, Diretor dos Arquivos Federais da Suíça,
Sr. Dagfinn MANNSAKER, Diretor Geral dos Arquivos da Noruega,
Sr. Luis RODRIGUEZ-MORALES, Diretor do Instituto Portorriquenho da Cultura,
Sr.ª D. Gail SAUNDRS, Diretor dos Arquivos Nacionais das Bahamas,
Srta. SOEMARTINI, Diretor dos Arquivos Nacionais da Indonésia, e
Sr. S.O. SOWOOLU, Diretor dos Arquivos Nacionais da Nigéria,

Membros do Comitê Executivo para o período 1978—1982.

- V — 15 — Sobre proposição do Comitê das Candidaturas e em virtude do art. 3, alínea e) dos Estatutos, a Assembléia Geral elegeu, por unanimidade:

Sr. Jeremias M. AKITA, ex-Diretor dos Arquivos Nacionais de Ghana, ex-membro do Comitê Executivo,
Sr. Giovanni ANTONELLI, ex-Secretário Geral do Conselho Internacional de Arquivos,
Sr. Alexander BEIN, ex-Arquivista do Estado de Israel, ex-membro do Comitê Executivo,
Sr. Clinton V. BLACK, Diretor dos Arquivos Nacionais da Jamaica,
Sr. Leon CHAJN, ex-Diretor Geral dos Arquivos do Estado da Polónia, ex-membro do Comitê Executivo,
Sr. Guy DUBOSCQ, ex-Diretor Geral dos Arquivos da França, ex-Vice Presidente do CIA,
Sr. Harald JORGENSEN, ex-Diretor dos Arquivos da Província de Sjaelland, e
Sr. Wolfgang MOMMSEN, ex-Presidente dos Arquivos Federais da R. F. da Alemanha, ex-membro do Comitê Executivo,

membros de honra do Conselho Internacional de Arquivos.

RECOMENDAÇÕES

- 1 — Confirmação das resoluções e recomendações dos congressos precedentes.

1. O Congresso se regozija pelos encaminhamentos dados às diversas resoluções tomadas e recomendações feitas, por ocasião dos congressos de Madri (1968) e de Moscou (1972). Apesar de que cada uma destas resoluções ou recomendações não tenha sido plenamente realizada, estão solenemente renovadas.

- 2 — Pesquisas arquivísticas

2. O Congresso recomenda às autoridades nacionais responsáveis pelos arquivos, desenvolver, por intermédio dos organismos apropriados e em contato com as universidades e os institutos de formação científica e profissional, a pesquisa, o ensino e as publicações relativas à ciência arquivística e, em particular, a administração científica dos arquivos.

3. Considerando a importância das pesquisas sobre a terminologia específica da arquivística contemporânea e tendo em vista os trabalhos já levados a efeito em diversas línguas, o Congresso recomenda a constituição de um Comitê Internacional ad hoc, com vistas à elaboração de glossários.

4. O Congresso recomenda ao Comitê Executivo do CIA, colocar em estudo, juntamente ao Comitê de Informática e em cooperação com o maior número possível de administrações de arquivos, o desenvolvimento dos sistemas de recuperação automática da documentação científica ante os antigos quantos os recentes.

Este estudo deveria também se estender ao problema da interconexão e a compatibilidade dos sistemas de arquivamento automático com os outros sistemas operacionais de informação automática, em uso nas bibliotecas e nos centros de documentação, compreendidos dentro do UNISIST.

CONTINUAÇÃO

3 — Formação de pessoal

5. Lembrando que a formação dos arquivistas qualificados constitui a condição fundamental de todo desenvolvimento dos serviços de arquivos, levando em conta a ação realizada pela e sob a égide da UNESCO, para a colocação em funcionamento de centros regionais de formação profissional, o Congresso recomenda ao Comitê Executivo encarregar os organismos competentes do CIA, as publicações pedagógicas adaptadas às necessidades das diferentes regiões.

6. Considerando a grande importância dos Centros de Demonstração de Reprografia, em particular para as regiões em via de desenvolvimento, o Congresso recomenda que um esforço crescente seja consagrado à colocação dos mesmos em funcionamento, associando-os aos diferentes centros regionais de formação de arquivistas.

4 — Coordenação dos serviços para a avaliação e eliminação dos arquivos.

7. Considerando que é particularmente importante que as administrações de arquivo sejam habilitadas a tomar decisões de início, ou estejam comprometidas nestas decisões, quanto à avaliação e à eliminação de documentos públicos, quaisquer que sejam os tipos aí compreendendo as formas de documentos legíveis por máquinas, considerando as vantagens administrativas e financeiras da colocação em funcionamento de um sistema de arquivamento preliminar, o Congresso recomenda às administrações de arquivos, dirigir especialmente sua atenção para as práticas de produção e gestão de documentos, no âmbito dos serviços públicos.

5 — Arquivos privados

8. O Congresso recomenda que o CIA inclua, no seu programa, o estudo dos problemas do levantamento, da conservação e do funcionamento dos arquivos privados.

6 — Valor legal das microrreproduções

9. O Congresso, a fim de superar os obstáculos colocados ao desenvolvimento posterior da reprografia dos arquivos, recomenda a elaboração, pelas instâncias governamentais, levando em consideração as análises e recomendações publicadas no recente estudo feito a este respeito pela UNESCO e o CIA (doc. COM/75/WS/30), de um projeto de acordo internacional sobre o valor jurídico das microrreproduções.

7 — Tradições orais

10. O Congresso recomenda ao CIA encorajar as instituições de arquivos a colaborar na coleta e na preservação das tradições orais.

8 — Liberdade de acesso aos arquivos

11. O Congresso confirma as recomendações feitas pelo VI Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Madrid, em 1968, a respeito da liberdade de acesso aos arquivos para fins científicos, observa com satisfação, os progressos realizados no decorrer dos últimos anos, e recomenda às autoridades responsáveis, perseverar nos seus esforços a fim de tornar utilizável, para a pesquisa, o maior número possível de documentos de arquivos.

12. Considerando que a harmonização internacional das formas de acesso aos arquivos é essencial para promover a liberdade deste acesso aos arquivos através do mundo, o Congresso recomenda às administrações nacionais de arquivos, harmonizar suas formas de acesso com as dos outros países a fim de que um pesquisador, tendo livre acesso aos documentos de arquivo de um país, relativos a uma pesquisa específica, possa obter as mesmas facilidades de acesso à documentação complementar custodiada em outros países.

13. Considerando o grande interesse histórico dos arquivos das instituições eclesásticas e culturais, o Congresso recomenda, enfaticamente, a estas instituições, facilitar o acesso dos pesquisadores aos arquivos que as mesmas custodiam e facilitar, além disto, a elaboração dos inventários e repertórios que permitirão, aos mesmos pesquisadores, o uso dos arquivos.

9 — Moções especiais

14. Levando em consideração as cláusulas do ato final da Conferência de Helsinkí, sobre a segurança e a cooperação na Europa, o Congresso recomenda uma utilização ainda mais ativa dos materiais documentais dos arquivos a fim de reforçar a paz, a compreensão mútua entre os povos e o enriquecimento espiritual da personalidade humana, isto dentro dos limites das regras em vigor em cada país, para a utilização dos arquivos.

15. O Congresso exprime ao povo e ao Governo dos Estados Unidos da América, ao Arquivista dos Estados Unidos e ao pessoal dos Arquivos Nacionais, à Presidente e aos membros da Associação dos Arquivistas Americanos, ao Diretor do Congresso e ao Comitê de Organização, sua profunda gratidão pela acolhida calorosa e das excelentes condições de trabalho das quais nos beneficiamos.

(1) O texto completo dos Estatutos será publicado separadamente.

(2) A nova tabela de cotas está igualmente publicada no Boletim n.º 7 do CIA.

(3) O mandato de M. Helmut DAHM, República Federal da Alemanha foi prorrogado até 1978.

SEMINÁRIO INTERAMERICANO SOBRE COOPERACION REGIONAL PARA EL DESARROLLO DE ARCHIVOS

RESOLUCIONES

RESOLUCIÓN Nº 1 — Archivos Eclesiásticos de la Iglesia Católica

La Asociación Latinoamericana de Archivos, rama regional del Consejo Internacional de Archivos,

CONSIDERANDO:

La gran importancia que tienen los archivos eclesíasticos de la iglesia católica, apostólica, romana en América Latina, Que dichos archivos constituyen el mejor testimonio de la acción misionera y pobladora de la iglesia, Que además son indispensables para la historia social, cultural, jurídica y demográfica del continente,

Que dichos archivos en diversos países y regiones, han sufrido graves mutilaciones por la acción del hombre, del transcurso del tiempo y los agentes climatológicos, químicos y microbianos,

Que unos archivos son propiedad privada de la iglesia pero que también forman parte del patrimonio histórico y cultural de las comunidades nacionales integrantes del pueblo de Dios,

Que es necesario facilitar la organización y mejor acceso a dichos archivos, sin perder de vista la naturaleza delicada de muchos de los documentos en ellos guardados,

Que su Santidad Paulo VI, ha dado el ejemplo en esta materia en relación con el Archivo del Vaticano,

Que debe facilitarse a la iglesia la experiencia archivística profesional y los medios de constituir duplicados de seguridad,

RESUELVE:

1º — Invitar a la Venerable Conferencia Episcopal Latinoamericana, a través de la ALA, y a cada Venerable Conferencia Episcopal Nacional, a través de la máxima autoridad archivística nacional que

CONTINUAÇÃO

corresponda a interesarse por el estado y conservación de los archivos eclesiásticos, diocesanos y parroquiales y promover normas adecuadas para su mejor conservación, organización y acceso.

2º — Invitar igualmente a los superiores de las órdenes religiosas en América Latina, por medio de las autoridades archivísticas superiores del lugar de su residencia, a cooperar en este mismo sentido.

3º — Ofrecer a los citados organismos eclesiásticos y a los diversos niveles jerárquicos de la iglesia, la asistencia científica de la ALA, los Archivos Nacionales y de las Asociaciones Nacionales de Archiveros, en particular en materia de microfilmación y duplicados de seguridad.

4º — Invitar a los Archiveros Eclesiásticos a establecer contactos con los Archiveros Nacionales de cada Estado para mejor compartir los problemas y las soluciones, e invitar a dichos archiveros eclesiásticos a incorporarse a las Asociaciones Nacionales de Archiveros existentes en cada Estado. Enviar copia de esta resolución a su Santidad Paulo VI, en testimonio de reconocimiento por la acción desarrollada por el Archivo Vaticano e implorando su apoyo para la salvación, organización y accesibilidad de los Archivos Eclesiásticos de América Latina.

RESOLUCIÓN Nº 2 — Archivos Eclesiásticos no Católicos

La Asociación Latinoamericana de Archivos, rama regional del Consejo Internacional de Archivos.

CONSIDERANDO:

La importancia que tienen los archivos de las distintas comunidades religiosas no católicas en América Latina, como consecuencia de su presencia en ella durante los siglos XIX y XX,

Que dichos archivos constituyen el mejor testimonio de su acción misionera y que además son indispensables para la historia social, cultural, jurídica y demográfica del continente,

Que dichos archivos, en diversos países y regiones han sufrido graves mutilaciones por la acción del hombre, del transcurso del tiempo y los agentes climatológicos, químicos y microbianos, y aún hay riesgo de deterioro y/o desaparición,

Que esos archivos, aunque de propiedad privada de las correspondientes comunidades religiosas, forman también parte del patrimonio histórico y cultural de las entidades americanas,

Que es necesario facilitar la organización y mejor acceso a dichos archivos sin perder de vista la naturaleza delicada de muchos de los documentos que en ellos se guardan,

Que es conveniente incitar a esas organizaciones a la experiencia archivística profesional y las medidas de constituir duplicados de seguridad,

RESUELVE:

1º — Invitar a las cabezas de las diversas comunidades religiosas no católicas existentes en América Latina a través de la ALA, de los archivos nacionales u asociaciones de archiveros según corresponda, a interesarse por el estado, conservación, organización y acceso de sus archivos promoviendo y/o dictando las normas correspondientes.

2º — Ofrecer a las citadas comunidades religiosas, en sus diversos niveles jerárquicos, la asistencia científica de la ALA, de los Archivos Nacionales y de las Asociaciones Nacionales de Archiveros, en particular en materia de microfilmación de duplicados de seguridad.

3º — Invitar a los archiveros de dichas comunidades a establecer contacto con los archiveros nacionales de cada estado, para compartir problemas y soluciones e invitarles a incorporarse a las asociaciones nacionales de archiveros de cada estado.

RESOLUCIÓN Nº 3 — Acceso y Conservación de documentos

CONSIDERANDO:

La creciente necesidad de facilitar el uso y acceso a los archivos a la mayor cantidad posible de usuarios y al mismo tiempo de prevenir la destrucción de los documentos por su mal uso.

RECOMIENDA:

1º — Que se revisen las normas de uso y acceso a los archivos de modo tal que estos puedan cumplir mejor sus funciones informativas, reduciendo la cantidad de documentos vedados y el tiempo de duración de la veda sin afectar la seguridad de los estados,

2º — A fin de prevenir el mal uso de los documentos por personas inexpertas que atentan contra la conservación de aquellos, se adopten métodos tales como:

- a) Requerimiento de información sobre el tema a investigar
- b) Carnet de investigador
- c) Provisión de reprografías y no de originales a estudiantes y consultantes sin formación científica

RESOLUCIÓN Nº 4 — Guías.

CONSIDERANDO:

Con el objeto de mejorar la vinculación entre los archivos, archiveros, historiadores y demás investigadores,

RECOMIENDA:

1º — Que cada archivo publique una información sumaria de los temas que estén siendo investigados por sus consultantes.

2º — Que se promueva la publicación de guías de los Archivos Nacionales.

3º — Que se promueva la publicación de guías nacionales de archivos de interés histórico, sean éstas realizadas por entidades públicas o privadas.

RESOLUCIÓN Nº 5 — Conscientización de los Gobiernos sobre la función de los Archivos.

CONSIDERANDO:

Que las administraciones públicas nacionales no han tomado aun plena conciencia de la importancia y utilidad de los archivos.

Que estos constituyen la base documental de la conciencia histórica de los pueblos,

Que esta conciencia histórica es un pre-requisito indispensable para que el desarrollo económico y tecnológico no sea obra y beneficio de grupos sectoriales sino que aprovechen a toda la comunidad nacional.

Que las administraciones públicas son las primeras beneficiadas de una buena organización archivística, pues les permite un buen ahorro de dinero, personas y esfuerzo.

Que es urgente proveer a la recuperación y protección del patrimonio histórico nacional a través de un plan nacional de realización progresiva.

RECOMIENDA:

1º — Dar a los archivos públicos nacionales y locales la importancia que se merecen por su función.

2º — Dotar a los archivos públicos de los fondos necesarios para su adecuado desenvolvimiento.

3º — Dotarlos también de personal capacitado y edificios adecuados que permitan una mejor utilización y conservación de los documentos.

4º — Invitar a las autoridades nacionales a organizar conferencias, simposios u otros tipos de reuniones con funcionarios de alto nivel para que estos tomen conocimiento pleno de los beneficios del desarrollo y plena organización de los archivos producirá en primer término a la propia administración pública y luego a la comunidad nacional.

5º — Proyectar e implantar un sistema nacional de archivos recurriendo para ello a consultas a los Directores de los Archivos Nacionales y a las Asociaciones Nacionales de Archiveros y ALA.

6º — Evitar — con particular énfasis — la destrucción indiscriminada de documentos administrativos que constituirán la fuente de la historia futura y supeditar esta destrucción a la consulta con los archivos nacionales y asociaciones profesionales, así como establecer normas básicas para la eliminación de la documentación inútil.

7º — Insistir en que una buena organización archivística permite un mejor asesoramiento a la administración pública; que es un reflejo de la cultura alcanzada por ésta y es el requisito básico para la formación de la conciencia nacional.

CONTINUAÇÃO

RESOLUCIÓN Nº 6 — Formación de Archiveros.

CONSIDERANDO:

La necesidad de dar a los archivos activos, inactivos y permanentes el elemento humano adecuadamente preparado para el cumplimiento de sus funciones; es interés fundamental que cada Estado logre una buena organización archivística; que existan diferencias locales en el grado de reconocimiento del carácter científico de la profesión de archiveros.

RESUELVE:

1º — Invitar a los gobiernos nacionales a fomentar a la organización y desarrollo de cursos de nivel medio y universitario de archivología a través de los organismos que corresponda.

2º — Invitar a reconocer oficialmente los títulos emanados de dichos cursos, admitiendo el nivel científico de la profesión de archivero.

3º — Aprovechar para desarrollar estos cursos a los archiveros profesionales y a aquellas personas que por su alto conocimiento de la archivología, están en condiciones de promover el desarrollo de esta ciencia.

4º — Promover la difusión de escuelas medias y superiores en regiones de cada país alejadas geográficamente entre sí, para facilitar polos regionales de desarrollo archivístico.

RESOLUCIÓN Nº 7 — Becas Internacionales.

CONSIDERANDO:

La urgente necesidad de los archivos de capacitar a su personal, como elemento básico para su desarrollo institucional.

Que el sistema de beca y ayudas internacionales y regionales no siempre producen los efectos deseados, cuando los becarios no retornan a su lugar de trabajo originario.

RESUELVE:

1º — Solicitar a las instituciones internacionales y regionales que otorguen becas y ayudas para la formación de profesionales, que den prioridad a los candidatos provenientes de los archivos nacionales y de las asociaciones profesionales y escuelas de archiveros y que establezcan como requisito que los becarios se comprometan a servir a la institución de donde provengan, por un período no menor de dos años.

2º — Que los organismos nacionales informen a las entidades otorgantes el incumplimiento de esta obligación.

3º — Solicitar a dichos organismos que exijan para el otorgamiento de las becas una certificación de capacidad dada por los archivos nacionales y asociaciones nacionales de archiveros.

4º — Que los otorgantes difundan ampliamente las becas disponibles.

RESOLUCIÓN Nº 8 — Asociaciones Profesionales

CONSIDERANDO:

La utilidad de las asociaciones profesionales de los archiveros

RESUELVE:

1º — Recomendar a todos los países que carezcan de asociaciones nacionales de archiveros que las organicen.

2º — Que las asociaciones nacionales de archiveros creen ramas provinciales o regionales, de modo que sean más representativas.

3º — Que estas asociaciones trabajen en estrecha coordinación con los Archivos Nacionales y regionales.

4º — Que los representantes de los organismos internacionales que concedan becas, den amplia difusión en cada país sobre la existencia y ofrecimiento de las becas.

RESOLUCIÓN Nº 9 — Fondos para viajes Intercontinentales.

CONSIDERANDO:

La necesidad de que los países de América Latina estén presentes en las diferentes reuniones internacionales sobre archivos, Que estas reuniones permiten el intercambio de ideas y los mayores avances científicos y técnicos que beneficiarán a los países asistentes,

Que la falta de fondos impide a veces esta concurrencia,

RESUELVE:

Que se recomiende a todos los Estados Latinoamericanos que prevean en sus partidas presupuestarias la existencia de fondos para cubrir cuando menos un viaje intercontinental anual de los Representantes de los Archivos Nacionales y/o Asociaciones Nacionales y/o Asociaciones Nacionales de Archiveros.

RESOLUCIÓN Nº 10 — Representación en reuniones Internacionales.

CONSIDERANDO:

El nivel profesional alcanzado por las reuniones sobre temas archivísticos, La importancia del desarrollo de los archivos y la transcendencia de los temas tratados en esas reuniones,

RECOMIENDA:

Que los estados miembros integren sus delegaciones a los congresos y reuniones internacionales sobre problemas archivísticos con archiveros representantes de los archivos nacionales y de las asociaciones nacionales de archiveros, de modo de asegurar la competencia profesional de los delegados en relación a los temas a discutir.

RESOLUCIÓN Nº 11 — Archivos de la Palabra.

CONSIDERANDO:

Que urge evitar la desaparición de testimonios orales sumamente útiles como fuente de la historia de un pasado reciente y de la contemporánea,

Que cada día desaparecen testigos de tiempos pasados, Que las nuevas técnicas de grabación portátil permiten dar a esta forma de documentos sonoros en gran desarrollo,

Que los archivos deben prever el ordenamiento y la conservación de estos testimonios,

RECOMIENDA:

1º — Que los archivos creen los departamentos de archivos de la palabra, para estimular de acuerdo con los historiadores, la creación de los testimonios orales y organizar su correcta conservación y accesibilidad,

2º — Que se promueva la asistencia de expertos internacionales o regionales en esta técnica para poner en marcha estos departamentos.

RESOLUCIÓN Nº 12 — Comités Permanentes

CONSIDERANDO:

Las urgentes necesidades de trabajo que tiene la ALA y que la constitución de comités permanentes facilita el cumplimiento de esta tarea,

Que esta necesidad está prevista en los artículos 38 y 40 del estatuto de la Asociación,

RESUELVE:

1º — Constituir los siguientes comités permanentes:

- Comité de Legislación
- Comité de Personal
- Comité de Terminología
- Comité de Accesibilidad, Principios, Técnicas y Difusión
- Comité de Conservación
- Comité de Administración de Documentos

2º — Que cada país nombre un representante en cada comité permanente.

CONTINUAÇÃO

RESOLUCIÓN Nº 13 — Agradecimiento a la OEA

CONSIDERANDO:

El apoyo que han recibido este Seminario y la ALA de parte de la OEA que han hecho posible su realización y en especial la eficaz y cordial colaboración prestada por el Dr. Alejandro Orfila,

RESUELVE:

Dejar especial y pública constancia de su agradecimiento a la OEA y particularmente al Dr. Alejandro Orfila.

RESOLUCIÓN Nº 14 — Agradecimiento a la UNESCO

CONSIDERANDO:

El apoyo que ha recibido este Seminario y la ALA por parte de UNESCO, que han hecho posible su realización y en especial la eficaz y cordial colaboración prestada por el Dr. Frank Evans,

RESUELVE:

Dejar especial y pública constancia de su agradecimiento a la UNESCO, y particularmente al Dr. Frank Evans.

RESOLUCIÓN Nº 15 — Programas Audiovisuales.

CONSIDERANDO:

Que se ha propuesto en la última reunión del Comité para el Desarrollo de Archivos del Consejo Internacional de Archivos dentro del programa regional Latinoamericano, por el coordinador regional del comité la iniciación de un programa audiovisual de información y medio de formación profesional archivística y de promoción de los archivos en América Latina, en español y portugués,

RESUELVE:

Apoyar vigorosamente esta iniciativa a fin de que se lleve a la práctica con carácter de urgencia.

RESOLUCIÓN Nº 16 — Cursos sobre Administración de Documentos

CONSIDERANDO:

La importancia de una adecuada administración de documentos en cada país,

RESUELVE:

Recomendar que la ALA, con la posible participación financiera de apoyo de la OEA, la UNESCO el IPGH y el ICA (Fondo Internacional para el Desarrollo Archivístico) organice un Seminario de dos o tres semanas sobre administración de documentos corrientes y sobre transferencia de documentos corrientes, en un lugar central de América Latina, en 1977 o 1978 a más tardar, bajo la conducción de expertos de nota como instructores, con facilidades de traducción simultánea si éstos no son hispano-parlantes y con la participación limitada de no más de tres a cinco participantes por país, el interés de la mayor eficacia en la enseñanza elegidos de manera que esta oportunidad sea aprovechada no sólo por miembros de los Archivos Nacionales y de las Asociaciones Archivísticas, sino también por archivistas de ministerios y de institutos de administración pública donde éstos existan.

RESOLUCIÓN Nº 17 — Archivos de Ministerios y de Relaciones Exteriores y Presidencias.

CONSIDERANDO:

La importancia de los archivos de las Presidencias de las Repúblicas Latinoamericanas y de los Ministerios de Relaciones Exteriores, que los respectivos archivos en algunos países miembros no están organizados a los modernos principios y técnicas archivísticas

cas y por consiguiente, requieren de su reorganización,

Que aún en los casos de ser organizados satisfactoriamente, a veces son de difícil acceso para la investigación científica e información práctica,

RESUELVE:

1º — Recomendar que el ALA, las Direcciones Nacionales de Archivo y las Asociaciones Nacionales Archivísticas hagan las gestiones pendientes a la moderna organización de dichos archivos.

2º — Recomendar que, salvo la documentación secreta y reservada, se facilite el acceso a dichos archivos a los consultantes debidamente autorizados.

3º — Recomendar que se fomente la publicación de auxiliares descriptivos y textos documentales que facilitan las relaciones interamericanas o internacionales.

RESOLUCIÓN Nº 18 — Agradecimiento a Tinker Foundation

CONSIDERANDO:

Que esta reunión fue altamente favorecida por el apoyo financiero y la comprensión de su misión por la Tinker Foundation,

Que este apoyo hizo posible la concurrencia de muchos delegados, lo que de otro modo no hubiera podido lograrse,

RESUELVE:

Agradecer muy especialmente a la Tinker Foundation la simpatía, comprensión y apoyo dada a la realización de este Seminario.

RESOLUCIÓN Nº 19

CONSIDERANDO:

Que habiendo sido aprobado por el Seminario la producción de guías sumarias a los Archivos Nacionales como primer paso para la mayor accesibilidad de las documentaciones a los fines de la investigación, se encomienda al Comité de Accesibilidad, Principios y Técnicas la ejecución de este proyecto por los medios que considere pertinentes en coordinación con las actividades de la ALA y se extiende el proyecto a los archivos no nacionales que decidan participar en él.

RESOLUCIÓN Nº 20 — Agradecimiento al Dr. Malagón

CONSIDERANDO:

La comprensión y el apoyo que siempre encontró en el Dr. Javier Malagón Barceló,

Que éste, como Director del Departamento Cultural de la OEA organizó el programa de ayuda a los archivos latinoamericanos,

Que este programa permanentemente impulsado por él hizo posible los notorios adelantos archivísticos registrados por los países miembros de la Asociación,

RESUELVE:

Expresar el especial agradecimiento de la Asociación por el permanente apoyo prestado por el Dr. Javier Malagón Barceló.

RESOLUCIÓN Nº 21 — Boletín Informativo Sumario

CONSIDERANDO:

La necesidad de una rápida información en materia archivística y la existencia del Boletín de la ALA en Córdoba,

RESUELVE:

Crear un Boletín de información sumaria con sede en Córdoba, Argentina, a cargo del Dr. Tanodi a quien deberán remitirse los informes.

RESOLUCIÓN Nº 22 — Miembro de Honor, Dr. Tanodi

CONSIDERANDO:

Que los estatutos de la ALA contemplan la selección de Miembros de Honor, que debe recaer en archiveros latinoamericanos de especial distinción,

Que el Dr. Aurelio Tanodi personifica las más altas virtudes de profesionalidad, investigación y cátedra en materia archivística, que ha sido elemento promotor de innumerables proyectos en favor de los archivos, tanto a nivel nacional como internacional,

Que ha hecho una aportación de valor permanente en materia bibliográfica y de divulgación informativa, formativa y profesional,

Que constituye un ejemplo de laboriosidad, de erudición y de validez humana para todos los que comparten la misión archivística,

RESUELVE:

Declarar al Dr. Aurelio Tanodi Miembro de Honor de la Asociación Latinoamericana de Archivos.

RESOLUCIÓN Nº 23

CONSIDERANDO:

Que teniendo en cuenta que cualquier trabajo archivístico tiene que tener como fundamento el conocimiento cuantitativo y cualitativo del Patrimonio documental de cada país y que en el VIII Congreso Internacional celebrado en Washington, D.C. se ha manifestado la conveniencia de la formación de un censo de la documentación de todas las naciones, y siendo así que este conocimiento es muy imperfecto en varios países que forman parte de la ALA,

RECOMIENDA:

Se solicite de los organismos archivísticos a que corresponda la asistencia técnica precisa para poner en ejecución los proyectos que se presenten por los países para la confección del mencionado censo lo más pronto posible.

RESOLUCIÓN Nº 24

CONSIDERANDO:

Que los elevados propósitos y valor de la función archivística no se alteraron substancialmente en los últimos quince años,

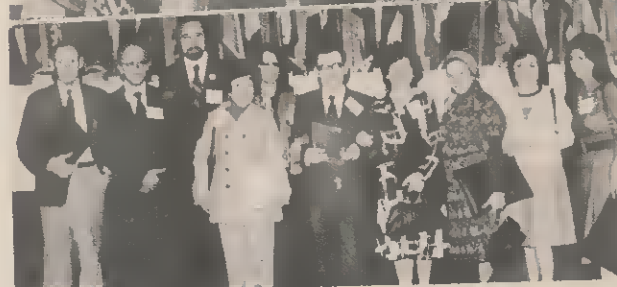
La necesidad de conscientizar por todas las formas, a los que tienen responsabilidades o están relacionados con los archivos,

La excelencia del trabajo realizado durante la Primera Reunión Interamericana de Archivos, llevada a cabo en el año de 1961 en la ciudad de Washington,

PROPONGO:

Que la Asociación Latinoamericana de Archivos promueva la inmediata reedición y amplia distribución de la "Declaración de Principios" elaborada, discutida y aprobada en aquella ocasión.

Washington, 8 de octubre de 1976.





1. Aspecto de uma das sessões do VIII Congresso Internacional de Arquivos quando falava, ainda como presidente da entidade internacional, o Doutor Filip Ivanovic Dolgikh, Na mesa, ao centro, o arquivista dos Estados Unidos, Doutor James B. Rhoads tendo à sua esquerda a Senhora Elizabeth Hamer Kegan, atual presidente da Sociedade dos Arquivistas Americanos e o Doutor Frank B. Evans, especialista de arquivos da UNESCO e sócio honorário de nossa Associação.
2. O presidente que se despidia cumprimenta o seu sucessor: F. I. Dolgikh, da URSS e J. B. Rhoads, dos Estados Unidos.
3. O novo presidente do Conselho Internacional de Arquivos, James B. Rhoads.
4. Na bancada do Brasil, Regina Alves Vieira e José Pedro Esposel.
5. O representante do Brasil com seus colegas do Canadá, Celeste Blanco, e da Itália, Elio Lodolini.
6. A professora Regina Alves Vieira trocando impressões com a representante da Nicarágua, Vilma Ruiz de Gonzalez. Ao fundo, Nilza Teixeira Soares.
- 7/8. Delegados dos países latino-americanos numa ampla confraternização juntamente com a Doutora Vicenta Cortés Alonso, da Espanha e sócia honorária da AAB (na foto assinalada com o número 1), Doutor Elio Lodolini, da Itália e também nosso sócio honorário (n.º 2) e a colega Eugênia Ribeiro da Costa, de Portugal (n.º 3).
9. Os representantes de Cuba — Vicente de la O. Gutierrez, Peru — Guillermo Durand Florez e Colômbia — Frei Alberto Lee Lopez (estes dois, respectivamente, Presidente e Secretário da Associação Latino-americana de Arquivos), Costa Rica — Luz Aiba Chacón de Umaña e o especialista do Programa da UNESCO em Dacar, Bruno Delmas.
10. Susan Benson, especialista do programa de desenvolvimento de bibliotecas e arquivos da OEA e Alberto Lee Lopez, secretário da ALA, em plena atividade sob as vistas do Dr. Durand Florez.
11. Regina Alves Vieira, Astréa de Moraes e Castro e Nilza Teixeira Soares, em almoço do grupo latino-americano.
12. Doutor Guy Duboscq, antigo diretor geral dos Arquivos da França e novo membro de honra do Conselho Internacional de Arquivos, tendo à sua esquerda Nilza Teixeira Soares e Astréa de Moraes e Castro.
13. Michel Duchéin (redator-chefe de Archivum e sócio honorário da AAB) e Ariane Ducrot (secretária de redação de Archivum), recolhendo material para inclusão nos anais do VIII Congresso Internacional de Arquivos.

NOTÍCIAS

I Seminário Micrográfico do Maranhão - Semima Seminário sobre Arquivos no México

Regina Alves Vieira

Convidada pelo Governo dos Estados Unidos Mexicanos, esteve na Cidade do México, a Bibliotecária-Arquivista Professora Regina Alves Vieira, Coordenadora dos Cursos de Arquivologia do Arquivo Nacional e 1ª Secretária da AAB.

O convite teve por fundamento a sua participação como bolsista no Curso de Especialização de Organização e Administração de Arquivos, em Madrid, patrocinado pela Organização dos Estados Americanos - OEA, em 1974.

O Seminário Latino-Americano sobre Arquivos Correntes, parte do programa de reforma administrativa do setor público federal, em coordenação com a Direção Geral de Estudos Administrativos e o Comitê Técnico Consultivo de Unidades de Correspondência e Arquivo, realizou-se no período de 7 a 12 de junho, no Centro Inter-Americano de Estudos de Seguro Social, Unidade Independência, Calle San Ramon y Avenida de los Pinos.

Como conferencistas convidados, compareceram pela Argentina o Dr. Aurelio Tanodi, Diretor do Centro Multinacional de Formação de Arquivistas da OEA, em Córdoba; pelo Brasil a Professora Regina Alves Vieira; pela Colômbia, o Diretor do Arquivo Nacional Padre Alberto Lee López; por Costa Rica, a Chefe da Seção Histórica, Professora Luz Alba Chacón León e pelo Perú, o Diretor do Arquivo Nacional, Dr. Guillermo Durand Flores.

Os temas indicados aos expositores foram assim distribuídos:

Representando o Arquivo Nacional e a Associação dos Arquivistas Brasileiros, esteve presente ao I Seminário Micrográfico do Maranhão, a Bibliotecária-Arquivista Regina Alves Vieira.

O I SEMIMA realizou-se em São Luiz, no período de 5 a 10 de julho, no auditório do Seminário Santo Antônio, sob o patrocínio do Governo do Estado, Secretaria do Planejamento - SEPLAN, Companhia de Processamento de Dados do Maranhão - PRODATA e Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado do Maranhão - APBEM.

Participaram do evento representantes de órgãos da administração direta e indireta do Estado, da administração municipal, órgãos federais e com-

Argentina - Experiência Argentina em Matéria de Arquivos e Capacitação de Pessoal.

Brasil - Experiência Brasileira em Matéria de Arquivos e Legislação sobre Arquivos.

Colômbia - Experiência Colombiana em Matéria de Arquivos e Sistemas de Classificação.

Costa Rica - Experiência Costarriquenha em Matéria de Arquivos e Sistemas de Eliminação.

Perú - Experiência Peruana em Matéria de Arquivos e Arquivos Históricos.



Grupo de participantes e conferencistas convidados

panhias de iniciativa privada.

Objetivou o I SEMINA a divulgação das atividades do setor micrográfico de modo geral, sedimentando os alicerces lançados pela PRODATA, com vista a uma maior expansão, tanto no que se refere ao aproveitamento de mão-de-obra, como para maior conscientização da importância da Microfilmagem, por parte dos dirigentes empresariais da comunidade local.

A estrutura do Seminário esteve dividida em duas etapas distintas e subseqüentes:

- a) Curso de Microfilmagem
- b) Seminário - Palestras, painéis e sessões de grupos de trabalho.

continuação:

Como expositores convidados estiveram presentes João da Silva Praça, analista de microfilmagem e funcionário do INCRA-RJ, Afonso de Sousa Nogueira Lopes também da equipe do INCRA, Waldemar Durval Falcão Lima Filho, analista de microfilmagem da UERJ, Hugo Renato Loewenthal, gerente da KODAC de Recife e a Professora Regina Alves Vieira Coordenadora dos Cursos de Arquivologia do Arquivo Nacional e 1ª Secretária da AAB.



Aspecto da mesa no dia do encerramento do I SEMINA.

Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Associação dos Arquivistas Brasileiros Realizada em 30 de agosto de 1976

Aos trinta dias do mês de agosto de 1976, às 18,30 horas, no auditório do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, em Assembléia Geral Extraordinária, reuniram-se os membros da Diretoria, representantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e associados, para decidir sobre a atualização das contribuições dos sócios e comunicação da aprovação pelo Conselho Deliberativo, em 30 de junho de 1976, dos nomes de Jucy Aparecida Neiva e Wilma Schaefer Correa respectivamente, para os cargos de Vice-Presidente e 1º Tesoureiro, bem como a divulgação do 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia a realizar-se em outubro próximo.

A composição da mesa foi a seguinte: Professora Helena Correa Machado, Presidente da AAB, Professora Maria de Lourdes Costa e Sousa, Presidente do Conselho Deliberativo, Professora Regina Alves Vieira, 1ª Secretária e Sr. Deusdedit Leandro de Oliveira, Presidente do Conselho Fiscal, a quem a Presidente da AAB delegou a direção dos trabalhos. Iniciando, o Presidente da mesa ratificou os objetivos da reunião. A seguir, destacou a necessidade de atualizar as contribuições mensais dos sócios, face ao crescente aumento custo de vida, apresentando em nome da Diretoria a seguinte proposta de atualização da mensalidade para: a) associado (pessoa física) Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros) a partir de janeiro de 1977, admitido o abatimento da importância de Cr\$ 40,00 (quarenta cruzeiros) referente a duas mensalidades àquele que efetuar o pagamento da anuidade até 31 de março de cada exercício, e de uma mensalidade para o sócio que pagar as mensalidades referentes a um semestre dentro dos dois primeiros meses de cada semestre; b) associado (pessoa jurídica) Cr\$ 60,00 (sessenta cruzeiros) com abatimento de uma mensalidade àquela entidade que efetuar o pagamento da anui-

dade até 31 de março de cada exercício. Colocada a proposta em discussão, não sem antes justificar a Presidente da AAB os motivos do aumento (preço do material de consumo, principalmente o papel, a confecção da revista Arquivo & Administração) falaram pela ordem: Maura Esândola Tavares Quinhões aprovando a proposta e até sugerindo o valor de Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros) e Gicélia Osório da Costa Mota do Instituto Brasileiro do Café discordando do aumento; Celita Gondim reafirmando seu desapontamento pela situação dos Arquivistas no Serviço Público; Deusdedit Leandro de Oliveira e a Presidente da AAB, dando informações animadoras sobre a luta dos Arquivistas; Jucy Neiva e Janine Resnikoff Diamante aprovando a proposta. Não havendo mais pronunciamentos isolados foi posta em votação a proposta, pelo Presidente da mesa, tendo sido a mesma aprovada por maioria de votos. Prosseguindo os trabalhos da assembléia, foi lida a ata da 4ª Assembléia Geral realizada em



continuação:

30/04/76 pela 1ª Secretária da AAB, em seguida a Presidente, comunicou a designação de Jucy Aparecida Neiva e Wilma Schaefer Correa, designação essa aprovada pelo Conselho Deliberativo nos termos do § 8º do art. 18 do Estatuto, para os cargos de Vice-Presidente e 1º Tesoureiro, respectivamente, exaltando a formação e as qualidades dos novos membros da Diretoria da AAB, a quem fez votos de sucesso nas referidas funções. Pediu a palavra novamente a associada Celita Gondim para lamentar que, no plano de classificação de cargos a categoria de Arquivista não figure. Respondendo primeiro, a Presidente da AAB, Professora Helena Correa Machado diz que providências básicas para isso, estavam sendo tomadas pela AAB, tais como esforços para conseguir tanto a regulamentação da profissão como a implantação de cursos de formação. Em seguida, a Presidente do Conselho Deliberativo, Professora Maria de Lourdes da Costa e Sousa discorreu sobre os esforços da AAB junto ao

próprio DASP para modificar a decisão de transformar a categoria de Arquivistas em Agentes Administrativos. Continuando com a palavra, Celita Gondim solicitou seja mais divulgado o Curso Superior de Arquivo ministrado pelo Arquivo Nacional. Sobre o assunto a Coordenadora do referido Curso, Myrthes Ferreira, adiantou que essa divulgação nunca foi acentuada por falta de condições estruturais do próprio Arquivo Nacional (verbas, instalações, etc.) que o impedia de receber mais alunos do que tem tido. Destacou mais a referida Coordenadora que assim mesmo as inscrições para esse curso começaram com 15 candidatos passando atualmente a 200. Com o comentário de que a direção do Arquivo Nacional já estava em entendimentos com o MEC para transferir o Curso Superior de Arquivo para a jurisdição da FEFIERJ onde certamente teria o respaldo de uma organização voltada unicamente para o ensino, o Presidente da mesa, agradeceu a presença e a participação dos presentes e encerrou os trabalhos da Assembléia.

D. Inez Barreto Correia D'Araujo - Inovadora e Pioneira

Nicolau Abrantes

A morte de D. Inez Barreto Correia D'Araujo, ocorrida em outubro último, no Rio de Janeiro, põe em destaque — em retrospectiva que nada perde em atualidade jornalística — a presença constante e o sentido realizador de suas atividades, no Brasil e no exterior, em mais de meio século, exercidas em campos os mais variados de conhecimento especializado, quase todas de caráter pioneiro, como economia e finanças, organização e administração de escritórios públicos e particulares, entre os quais, mais destacadamente, os do ensino da Arquivologia e da metodologia para assimilação de imigrantes.

Entre numerosos títulos e diplomas — escritora, jornalista, economista e arquivologista, além de membro efetivo de instituições como a "Speech Association of America", "National Association of Parliamentarians", "National Society for the Study of Communication", sócia honorária da Associação dos Arquivistas Brasileiros e diplomada pela "New York School of Filing and Indexing" — sua trajetória teve, como marco inicial, no período 1933/35, estudos e cursos feitos na Itália, Suíça, Inglaterra e Estados Unidos. Nessa fase, precisamente, é que participou de cursos de organização e administração de escritórios e diplomou-se em arquivos, lançando as bases de sua cultura especializada, de onde iria partir para múltiplas realizações, de caráter indiscutivelmente pioneiro no Brasil.

Nos anos subsequentes — 1936/37 — contratada pela "Serviços Hollerith S.A.", de volta ao país, estruturou duas daquelas primeiras realizações, ao organizar a Seção de Estudos Econômicos e Financeiros do Ministério da Fazen-

da e a Sub-Diretoria do Imposto de Licença da Prefeitura do Distrito Federal. Mas ela não lhes imprimiu, apenas, a marca do pioneirismo, indo mais além, com a difusão sistemática de conceitos básicos, de dimensão didática, através de cursos e palestras regulares. Esse trabalho deu-lhe a oportunidade de iniciar, no âmbito das repartições públicas, ante as dificuldades existentes ou quase ausência de pessoal especializado, os primeiros cursos práticos e o ensino da metodologia da administração e organização de escritórios. Ao lado daqueles órgãos, no período, receberam suas aulas e orientação funcionários da Fábrica de Material Contra Gases, do Ministério da Guerra, e, posteriormente, nesta mesma repartição, era novamente contratada para organizar o serviço de Correspondência da Diretoria de Material Bélico, onde recebeu elogios oficiais. Ainda como coroamento dessa tarefa, escreveu Manual, publicado em Boletim, sob o título de "Instruções para o Serviço de Correspondência do Ministério da Guerra", aproveitado também, aliás, pela Secretaria Geral da Guerra.

Uma inovadora e pioneira

Durante a Segunda Guerra, principalmente, embora nas fases posteriores também, intensa e continuamente houvesse trabalhado, estruturando serviços e escritórios, na esfera particular e do poder público, foi o período de suas iniciativas mais criativas e através das quais, sempre amplian-

continuação:

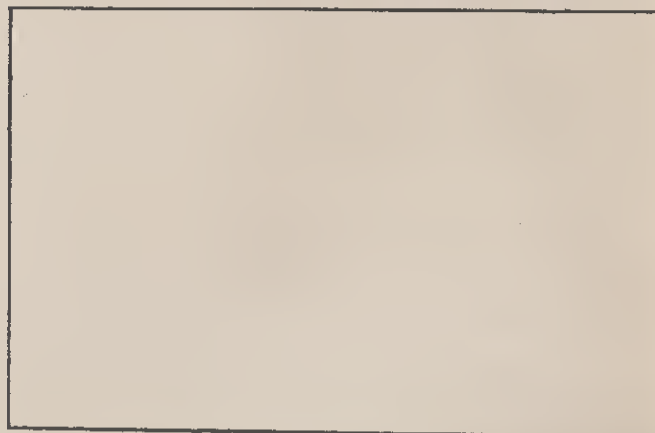


do e aprimorando sua cultura nos Estados Unidos, mais extensa e importante contribuição deu à implantação de serviços especializados no Brasil. Entre 1939 (prelúdio do conflito, quando organizou os Serviços de Arquivos do Conselho Técnico de Economia e Finanças e colaborou na organização da Conferência de Interventores, no Rio de Janeiro), e 1946 — quando voltou novamente àquele país, para assessorar a Comissão Brasileira à Conferência do Fomento Interamericano — multiplicaram-se seus estudos e trabalhos de caráter pioneiro. Eis uma síntese desses estudos e iniciativas: 1939/40 — assessora da Comissão Brasileira à Feira da Califórnia (E.E.UU.) foi encarregada do noticiário para o Brasil, através de programas de rádio, relacionados ao pavilhão brasileiro, realizando conferências e escrevendo artigos sobre o nosso país para o Boletim Pan-Americano; reestruturou os arquivos do Departamento Nacional do Café, em Nova Iorque; realizou estudos acerca da educação para assimilação de emigrantes; lançou os primeiros cursos de Organização, Administração e Arquivologia no Brasil, ao dirigir, como contratada da Hollerith, o Departamento de Educação da empresa, os quais, incluídos mais tarde nos programas da Divisão de Aperfeiçoamento do DASP, abriram novas carreiras ao funcionalismo público brasileiro; estruturou um Curso de Brasilidade, abrangendo português, literatura brasileira e história; 1946/1949 — Participou de cursos, nos Estados Unidos, sobre Problemas do Pós-Guerra, e de programas de rádio retransmitidos para o Brasil pela Estação WMCA, de Nova Iorque; estudou a organização do Serviço de Imigração e Naturalização norte-americano, em Filadélfia; e, finalmente novamente no Departamento de Educação da Hollerith, instituiu um Curso de Economia e Finanças, com bolsas de estudos para funcionários públicos estaduais, e um outro sobre “Problemas do Pós-Guerra”, no qual lançou a idéia de educação de imigrantes, como obra de caráter nacional, que veio a germinar com pleno êxito em nosso país.

Estudando, em todos os seus aspectos, os problemas relacionados à assimilação de imigrantes nos Estados Unidos — onde, naturalmente, pelo progresso alcançado, conseguiram soluções mais completas — D. Inez Barreto Correia d’Araujo, pôde trazer para o Brasil, ao terminar o conflito mundial, além de precioso cabedal de conhecimentos referentes aos métodos ali adotados, naquele setor de atividades, abundante material escolar, como livros, modelos de formulários e outros elementos, de grande utilidade para a implantação de serviços congêneres no país. Admitido no Conselho de Imigração e Colonização — após realizar intensa difusão de conceitos e da metodologia correspondente, através de conferências e trabalhos impressos em instituições como o Instituto Rio Branco, no Itamarati, Estado Maior do Exército, Associação Comercial, Associação Brasileira de Imprensa e Comissões especializadas da Câmara e do Senado Federal — viu concretizado, em três anos depois de lançada sua idéia original um primeiro serviço regular no Brasil de assimilação de imigrantes sob o nome de Serviços de Informação, Orientação e Auxílio do Imigrante. Esse órgão, complementado ainda em 1949 por um Serviço Social do Imigrante, passou a funcionar nas zonas de proce-

dência dos imigrantes, nos navios de transporte, nos pontos de chegada e nas hospedarias, logrando grande êxito na Comissão Brasileira de Seleção de Imigrantes, localizada em Stuttgart, na Alemanha, no navio-transporte “Duque de Caxias” e na Ilha das Flores, em pavilhão construído pelo Conselho de Imigração, com o auxílio de Presidência da Confederação das Indústrias.

Mas a versatilidade e o dinamismo, foram, inegavelmente, suas principais características. De 1950 até 1974, quando publicou seu último livro, “Oratória Eficiente de Hoje”, editado pela Agir, depois de ver reconhecidos e consagrados seus méritos em tantos setores de atividade, agraciada com a Ordem do Mérito do Trabalho, dois anos antes, em 1970, D. Inez fez estudos e publicou trabalhos diversos, na Europa e nos Estados Unidos, para onde viajou repetidas vezes, revelando e afirmando outras facetas de sua sólida e ampla cultura. Das pesquisas e estudos variados sobre o movimento sindical e trabalhista inglês, sobre problemas de comunicação, assessoramento de trabalhos parlamentares, arquivos e outros campos de especialização, até a participação regular às assembleias, seminários e congressos das instituições internacionais e nacionais em cujo seio figurava como membro efetivo, seu poder criativo e inovador jamais se reduziu ou perdeu o ritmo, em iniciativas úteis e construtivas. Entretanto, sua obra maior, um autêntico leit-motiv de suas atividades polivalentes, representada pelo Instituto Brasileiro de Cidadania e Administração, que fundou em 1959, e tinha por principal finalidade — segundo sua própria expressão — “preparar o povo para o exercício da cidadania brasileira e a formação de cursos de Arquivo e Documentação”, foi onde melhor e mais amplamente empregou seus conhecimentos e experiências. Nele, reunindo uma equipe de experts, professoras e técnicos do mais alto nível, realizou nada menos de 29 cursos sobre os mais variados assuntos essenciais à formação de recursos humanos, em áreas consideradas vitais para o desenvolvimento do país, e imprimindo-lhes a marca do pioneirismo, o que deu lugar, pela extraordinária expansão de suas atividades, a sua incorporação, em 1966, com todo rico acervo acumulado, à Universidade Federal de Brasília, onde se acha instalado no Instituto de Ciências Humanas. Inegavelmente, mais uma vez, o reconhecimento e a consagração de seus trabalhos e de sua capacidade criadora, permitindo que se lhe estendam à vida e à obra as palavras do apóstolo Paulo a Timóteo: “Combati o bom combate, acabei a carreira e guardei a fé”.



3.º Congresso Brasileiro de Arquivologia

Realizou-se, de 17 a 22 de outubro de 1976, no Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Cidade Universitária — Ilha do Fundão), o 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia, promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, com a colaboração de diversas instituições públicas e privadas.

O evento contou com a participação de cerca de 500 profissionais, entre arquivistas, bibliotecários, museólogos, administradores, historiadores, historiógrafos, educadores, sociólogos etc., tendo como Presidente de Honra o Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, Dr. Ney Amyntas de Barros Braga, e como Patrono o Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Dr. Arnaldo Prieto que, na Sessão Solene de Abertura, se fizeram representar pela Professora Monica Rector e pelo Dr. Renato de Oliveira Rodrigues, respectivamente.

Em virtude do grande interesse despertado pelo Plano Nacional de Cultura, elaborado pelo MEC e divulgado no início do ano, e tendo em vista suas inúmeras implicações com o campo da documentação em geral, a Comissão Organizadora do Congresso elegeu como tema central do evento O ARQUIVO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL, com o objetivo de conhecer e estudar a situação atual dos arquivos brasileiros, debater e sugerir medidas adequadas e realistas à aplicação do referido plano.

A programação oficial, que contou com a valiosa contribuição de especialistas e técnicos nacionais e estrangeiros, foi constituída de cinco sessões plenárias, cinco sessões especiais dedicadas a temas especializados ou temas livres, além de dois importantes seminários patrocinados pelo Grupo de Documentação em Ciências Sociais, subvencionado pela Ford Foundation, a saber: 1º Seminário de Fontes Primárias de História do Brasil e 1º Seminário Brasileiro de Preservação e Restauração de Documentos. (Fotos 170 e 173).

Nas sessões plenárias foram apresentados trabalhos abordando os seguintes temas: 1 — Política Brasileira de Arquivo, Plano Nacional de Cultura. O NATIS; 2 — Recursos Humanos na Área de Arquivo; 3 — Teoria das Três Idades do Arquivo; 4 — Conservação e Restauração de Documentos; 5 — Automação e Microfilmagem nos Arquivos.

As sessões especiais foram dedicadas ao estudo de temas especializados tais como: 1 — Arquivos Médicos; 2 — Arquivos de Plantas, Mapas, Desenhos e Fotografias; 3 — Arquivos Judiciais; 4 — Arquivos Pessoais e Familiares; 5 — Arquivos Impressos.

No hall de entrada do Centro de Tecnologia da UFRJ, onde se instalaram os stands da Kartro S/A, Ruf S/A e Walne Ltda., firmas especializadas em equipamentos de arquivo e os da Fundação Getúlio Vargas, Departamento de Assuntos Culturais do MEC e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, instituições que editam publicações técnicas no campo da documentação, realizou-se, ainda, uma exposição de documentos históricos sobre Fatos, Leis e Homens, organizada pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

O 3º CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA transcorreu dentro de um clima de entusiasmo e interesse, face ao alto nível das comunicações apresentadas, bem como da participação atuante dos congressistas.

Como resultado final foram elaboradas e divulgadas durante a Sessão de Encerramento as seguintes moções e recomendações:

MOÇÕES

O 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia manifesta seu entusiasmo e apoio pela recente constituição da Associação Latino-Americana de Arquivos.

RECOMENDAÇÕES

I — Que seja criado o Sistema Nacional de Arquivos e que os Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação assumam cada um seu papel dentro do Sistema Nacional de Informações, recomendado pela UNESCO, como fator preponderante do desenvolvimento

tecnológico, social, econômico e cultural dos países membros dessa Organização.

II — Que sejam assegurados ao Arquivo Nacional recursos humanos e financeiros a fim de aparelhá-lo a desempenhar as funções que lhe competem, entre as quais, as de apoio administrativo e de guarda da Memória Nacional, que lhe caberão como órgão do Sistema Nacional de Arquivos;

III — Que a AAB pleiteie a criação de Arquivos Intermediários Regionais;

IV — Que a AAB redobre os seus esforços no sentido de incentivar, junto às autoridades competentes, a criação de cursos de graduação e/ou especialização, com vistas à formação do indispensável quadro profissional de arquivistas brasileiros;

V — Que as escolas do 2º grau sejam sensibilizadas no sentido de criar cursos profissionalizantes de Arquivo, já autorizados pelo Conselho Federal de Educação, para a formação de Técnicos de Arquivo;

VI — Que o Arquivo Nacional estude a viabilidade de medidas que permitam a reedição de algumas de suas publicações técnicas já esgotadas;

VII — Que, tanto o Arquivo Nacional, como a AAB, desenvolvam esforços que permitam a continuidade de um programa de traduções e edição de obras recentes no campo da Arquivística;

VIII — Que os responsáveis pelos arquivos públicos e privados impeçam a eliminação indiscriminada de documentos que não tenham sofrido avaliação devidamente orientada pelos princípios arquivísticos;

IX — Que se procure sensibilizar as instituições governamentais e empresariais para a importância dos arquivos como instrumento de apoio às suas atividades e como instrumento de pesquisa para a história do desenvolvimento social, econômico e cultural;

X — Que a construção de prédios destinados a Arquivos seja planejada dentro de padrões técnicos, que atendam a condições de funcionalidade, segurança, em estreita colaboração de Arquivistas e Arquitetos;

XI — Que sejam intensificados os estudos e pesquisas sobre a aplicação, adequada e criteriosa, nos arquivos, das técnicas modernas, tais como microfilmagem e computador;

XII — Que no emprego da microfilmagem seja enfatizada a importância do preparo arquivístico prévio da documentação, notadamente a avaliação e a análise;

XIII — Que a AAB atue junto ao Ministério do Trabalho com finalidade de obter, o mais breve possível, a regulamentação das profissões de Arquivista e Técnico de Arquivo;

XIV — Que a AAB institua equipe técnica para prosseguir nos estudos sobre a terminologia arquivística no Brasil;

XV — Que a AAB estude o anteprojeto do Código de Ética dos profissionais de Arquivologia apresentado no Congresso para o encaminhamento oportuno às autoridades competentes;

XVI — Que as delegações oficiais designadas a participar de Congressos e outros eventos Internacionais de Arquivos sejam constituídas por profissionais de Arquivologia;

XVII — Que os documentos de propriedade particular, de valor para a pesquisa, sejam preservados ou confiados à custódia de instituições dedicadas à guarda de documentos familiares e pessoais e considerados de interesse público;

XVIII — Que caiba à autoridade arquivística decidir quanto à destinação dos autos judiciais e demais documentos do Poder Judiciário, uma vez findo o interesse da própria Justiça;

XIX — Que se reconheçam como Arquivos Impressos as publicações oficiais que espelhem as atividades dos respectivos órgãos e entidades;

XX — Que os órgãos públicos promovam, a curto prazo, condições de divulgação de todos os atos oficiais, bem como a elaboração da respectiva indexação, visando não só a facilitar a recuperação da informação sobre legislação como à futura implantação do NATIS.

continuação:

O Sub-grupo de Guias de Fontes da História do Brasil, do Grupo de Documentação em Ciências Sociais, responsável pela realização do 1º Seminário de Fontes da História do Brasil, apresenta ao Plenário do 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia, as seguintes moções:

1 — De agradecimento e votos de louvor à Profa. Helena Corrêa Machado, Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros, por seu alto espírito de compreensão e colaboração, possibilitando a realização do Seminário, por ocasião do 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia.

2 — De agradecimento pela participação especial, nos debates, do Prof. Dr. José Honório Rodrigues, Consultor do Sub-Grupo, que trouxe inestimável contribuição aos temas discutidos.

3 — Considerando o atual estado de carência de profissionais de Arquivologia, o Seminário propõe que:

a) o Sub-Grupo de Guias de Fontes da História do Brasil encaminhe expediente ao Conselho de Reitores Universitários no sentido de que, por ocasião de sua próxima reunião, possam tomar conhecimento das iniciativas de colaboração com arquivos que algumas universidades vêm empreendendo, e que apoiem e incentivem projetos semelhantes por parte de outras universidades;

b) que os universitários recrutados para realizar trabalhos de caráter arquivístico, pertençam de preferência às áreas de Documentação (Arquivologia e Biblioteconomia) e das Ciências Humanas (História e Ciências Sociais);

c) que os universitários sejam sempre submetidos a treinamento prévio, em cursos que contem com a orientação de profissionais de arquivologia, indicados pela Associação de Arquivistas Brasileiros ou pelo Arquivo Nacional.

4 — Que a documentação de caráter arquivístico, acumulada em órgãos da administração pública sem quaisquer condições de preservação e tratamento adequados, possa — excepcionalmente e em caráter temporário — ser confiada a Centros de Documentação e Pesquisa de Universidades, para guarda e utilização.

5 — Considerando o desenvolvimento dos trabalhos realizados nas três Sessões de estudos, o Seminário comunica ao Plenário do 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia:

a) foram aprovadas, pelos participantes do Seminário, as diretrizes básicas para os projetos apresentados pelos quatro Relatores convidados:

1.º projeto — Elaboração de um Guia preliminar de fontes da História do Brasil, existentes no país e no estrangeiro. Relator, Prof. Darcy Damasceno, representante da Biblioteca Nacional no Sub-Grupo de Guia de Fontes da História do Brasil.

2.º projeto — Levantamento e arrolamento dos acervos de arquivos públicos e privados, carentes de organização, relevantes para a História do Brasil. Relatores: Professoras Cecília Maria Westphalen e Altiva Pilatti Balhana.

3.º projeto — Elaboração de Manual de Treinamento, a ser usado em Cursos intensivos de preparo de recursos humanos para o desempenho de tarefas arquivísticas, no Projeto de Levantamento e arrolamento de acervos de arquivos. Relatora: Profa. Maria Amélia Porto Migueis, representante do Museu Imperial no Sub-Grupo de Guia de Fontes e sócia da Associação dos Arquivistas Brasileiros;

b) o Seminário esclarece que, tais projetos, enriquecidos com numerosas sugestões apresentadas pelos participantes nas Sessões de estudos, serão objeto de formulações definitivas a partir de entendimentos posteriores, diretos, com as instituições efetivamente envolvidas em sua realização.

AINDA O 3º CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA

Agradecimentos já foram feitos a autoridades que prestigiaram o conclave, a entidades colaboradoras, aos participantes assíduos, disciplinados e atuantes que corresponderam às expectativas da Comissão Organizadora do 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia.

Todavia, não seria justo deixar de destacar, nos agradecimentos à referida Comissão Organizadora, os devidos à chefia do Arquivo Central do INDOC da Fundação Getúlio Vargas, que esteve, ininterruptamente, na linha de frente do desenvolvimento das atividades que permitiram a realização do Congresso.

Foi um trabalho prestado ao longo de muitos meses, com discernimento para as melhores opções, paciência para a elaboração de tarefas cansativas.

Assim, nada mais acertado que, de público, se consigne a gratidão da presidência da Comissão Organizadora pelo apoio recebido, responsável sem dúvida, por grande parte dos pontos positivos dessa importante realização da AAB.

À Marilena Leite Paes, os nossos aplausos "at last but not least"



1 — Sessão Solene de abertura do Congresso, vindo-se, da esquerda para a direita, Prof. Marcos Almir Madeira, Prof. José Maria Bezerra de Paiva, Prof. José Adolfo Vencovsky, Professora Cecília Maria Westphalen, Dr. Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Dr. Renato de Oliveira Rodrigues, Professora Helena Corrêa Machado, Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros, Professora Mônica Rector, Professora Jannice de Mello Monté-Mór, Dr. Raul do Rego Lima, Frei Alberto Lee Lopez, Professor George Martin Cunha.



2 - Vista parcial do auditório do Centro de Tecnologia da UFRJ, que recebeu cerca de 500 congressistas.



3 - Durante o 3º CBA, foram conferidos títulos de Sócio Honorário da AAB ao Prof. José Pedro Pinto Espozel, idealizador e criador da Associação, ao Frei Alberto Lee Lopez, Presidente da Associação Latino-Americana de Arquivos, à Prof. Cecília Maria Westphalen, Diretora do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, e ao Prof. Manoel Lelo.

Bellotto, Diretor da Faculdade de Música da Universidade Estadual Paulista, grande incentivador das atividades da AAB, que aparece na foto recebendo o título da Prof. Marilena Leite Paes, membro do Conselho Deliberativo da AAB, na presença da Presidente daquele Conselho, Professora Maria de Lourdes Costa e Souza.



4 — Participantes do 1º Seminário de Fontes Primárias de História do Brasil.



5 — Sessão de Abertura do 1º Seminário de Fontes Primárias de História do Brasil, presidida pelo Prof. Manuel Diegues Jr., que se vê na foto, tendo à sua direita as Prof.^{as}. Cecília Maria Westphalen

e Maria Amélia Porto Migueis, Coordenadora e Secretária respectivamente dos trabalhos do Seminário. A sua esquerda a Prof.^a Cléa Dubeux Pinto Pimentel.



6 - O Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. José Geraldo Rodrigues Alckimín, quando dirigia os trabalhos da sessão especial sobre Arquivos Judiciários.



7 - Sessão Plenária sobre Conservação e Restauração de documentos, que precedeu à abertura do 1º Seminário Brasileiro de Preservação e Restauração de Documentos.

Da esquerda para a direita, vemos os Srs. George Martin Cunha, Frazer G. Poole, Professora Helena Corrêa Machado, Prof. Edson Motta, Coordenador do Seminário e Professora Dulce Fernandes da Cunha, que secretariou os trabalhos.



8 — O Prof. José Pedro Pinto Esposel, fundador da Associação dos Arquivistas Brasileiros, quando pronunciava sua palestra sobre a Política Brasileira de Arquivos.



9 — Congressistas visitando um dos stands instalados no hall do Centro de Tecnologia da UFRJ, vendo-se à esquerda da foto o Sr. Fernando Achieme, Diretor do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.



10 — Vista parcial da exposição sobre Fatos, Leis e Homens, organizada pelo Arquivo do Estado do Rio de Janeiro.

TESTEMUNHO:

Lêda de Ticiano Walkner Naylor

O Serviço de Arquivo Médico e Estatística (SAME) tem a função de prestar informações e dados estatísticos indispensáveis à pesquisa médica, eficiente tratamento ao paciente e colaboração ao faturamento do hospital.

É o SAME da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro um órgão integrado, centralizado e unificado que vem servindo de modelo-padrão a hospitais brasileiros e centro de treinamento na formação de técnicos em documentação médica. Este serviço é dirigido por LÊDA DE TICIANO WALKER NAYLOR (Presidente da Associação Brasileira de Arquivo Médico e Estatística - ABAME).

1. Quem planejou o SAME?

Coube ao Dr. J. J. Cabral de Almeida, a tarefa de planejar o SAME da Beneficência Portuguesa em virtude de ser o Secretário da Comissão de Planejamento do Hospital de Santa Maria e com o entusiasmo que lhe é peculiar entregou-se de corpo e alma ao arquivo médico com o mesmo carinho que vem se dedicando como cientista que é na área da anesthesiologia.

Dentro de normas e técnicas modernas da administração hospitalar, o Serviço de Arquivo Médico, centralizado em 1972, reúne a documentação médica de 7 grandes pavilhões que compõem a rede hospitalar da Beneficência Portuguesa com mais de 1200 leitos.

2. Resuma a estrutura e os objetivos.

É um Centro de Informações moderno e prático, e dentro de um sistema convencional cumpre o objetivo de localizar rápida e eficientemente a documentação de interesse para a prestação da assistência médica.

Na infra-estrutura do SAME as atividades do Registro Geral, Arquivo, Estatística e os diversos núcleos seccionais das unidades ambulatoriais e de internação, descentralizam tarefas centralizando informações. Estes setores constituem uma ligação com todos os departamentos do hospital e através

o censo diário e os registros o custo paciente-dia, leito-dia é apurado nos serviços contábeis.

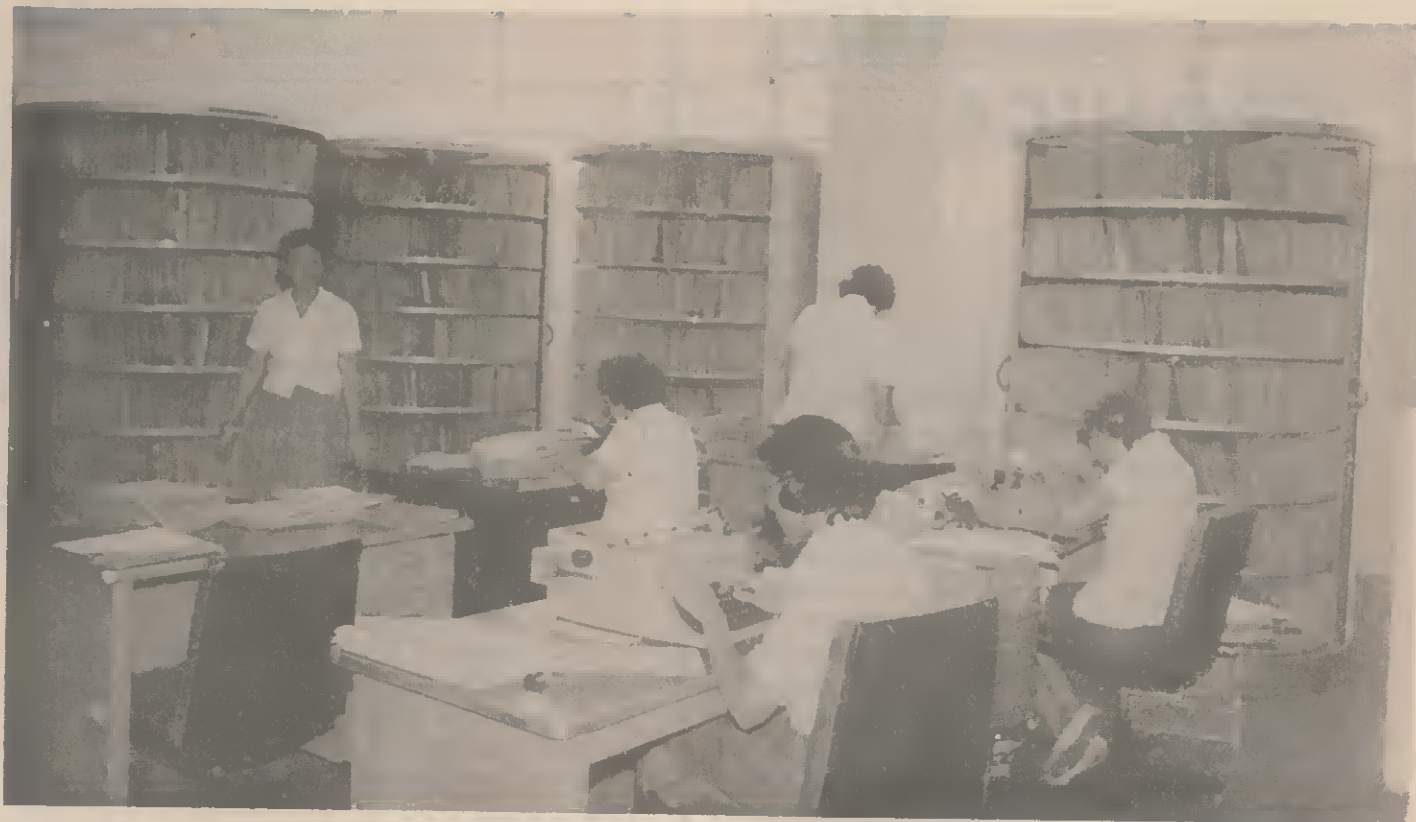
A objetividade de melhores e mais eficientes serviços de comunicação e informação levam os dirigentes a estudar a aplicação de um sistema de microfilmagem. A massa documental cresce, o aprimoramento das técnicas de arquivamento é uma constante preocupação mas o problema espaço está se tornando calamitoso.

3. Onde se localiza o SAME?

O SAME da Beneficência Portuguesa está localizado no Hospital de Santa Maria na rua Santo Amaro, 80, Rio de Janeiro, fornecendo dados estatísticos, desempenhando atividades inerentes ao atendimento paciente-médico-administração, tripé tão importante na organização hospitalar e fornecendo um instrumento de trabalho para estudo em profundidade de farto material científico, técnico e administrativo.



Atendimento ao público



Arquivos rotativos Prontuário Médico



Estantes: Documentação Radiográfica

ERRATA CORDIAL

Um ex-aluno, e dos melhores, desses que ficam, estranhava, em conversa com amigo comum, que fosse eu o Diretor do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fez mais do que estranhar: lastimou. E cobrindo seus comentários a meu respeito com o que tem de mais fértil a generosidade fluminense, opinou que o seu antigo professor estava em posto "incompatível", assim como se concluísse que eu fora vítima de uma injustiça intelectual.

Claro que o zelo e carinho do meu amigo por aquilo que ele considera a minha "responsabilidade intelectual" muito me sensibilizaram. Tocaram-me. Mas a verdade final é que lhe devo, com a melhor palavra de reconhecimento, uma elucidação de interesse público e também especificamente cultural.

Quando o eminente Secretário da Justiça, Senhor Laudo de Almeida Camargo, me distinguiu com o convite para ocupar o cargo, fez ver que o Governo, tendo erigido o velho Serviço em Departamento, pretendia por isso mesmo valorizá-lo, dar-lhe outro relevo, outra consistência e rumos mais largos.

A meu sentir, isto importava fazer do velho órgão uma fonte, também, de estudos do nosso passado, nos seus campos essenciais de afirmação regional. Estava eu assim convocado para essa nova faina, que, ao fim de contas, consistia em promover a renovação de um organismo enjeitado.

Com poucas exceções, Arquivo, em nossa história administrativa, foi sempre uma espécie de patinho feio — e devo confessar que me seduziu a tarefa de reformular idéias, conceitos e métodos. Estamos sob um governo sério, planejador e, em função da fusão, tacitamente revisionista; de modo que não estaria em seu espírito, ou em estilo, dar uma outra estrutura ao velho acervo, apenas pela euforia burocrática de montar máquina maior. E o titular da Pasta supervisora, culto, paulista, Camargo, tendo o sentido dinâmico da história, não faltará à boa coerência de viabilizar a reforma. Antes de mais, reforma de mentalidade, capaz de possibilitar o mais vital: um Arquivo realmente público. Mas essa abertura não favorece apenas a massa de requerentes interessados em certidão de tempo de serviço, de registro de terras, etc.; no caso, o públi-

co a atender e servir com outros olhos e outras técnicas é a clientela natural: os diferentes núcleos universitários, alunos, mestres, pesquisadores ou simples curiosos, historiadores em casa, espécie de francos atiradores que, na esfera particular, fazem muitas vezes a história local.

Para essas camadas significativas da comunidade é que se está abrindo o Arquivo do Estado, como ainda recentemente aconteceu, quando três vezes, duas em Niterói e uma no Fundão realizou a velha Casa exposições públicas de documentos fluminenses do Brasil-Colônia, Império e República, fazendo coincidir a Mostra com a reunião do 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia, sob a digníssima presidência da senhora Helena Machado. Gente de idades, cursos e condições bem diferentes lá foi beber na fonte, inclusive para conferir o passado com o presente. E um dos pontos de maior afluência foi a Faculdade em que estudou e brilhou o querido amigo, infelizmente de costas para o Arquivo. Quero vê-lo, para o ano, dando presença impressa (e assinada) no Caderno de Pesquisa que o velho órgão vai editar. Quero vê-lo em nossos Arquivos... E no próprio Arquivo. No outro, renovado... Ou no Nacional, dirigido por escritor, egresso de crônica literária: Raul Lima. Ou no de São Paulo, sob a chefia de outro escritor e acadêmico: Francisco de Assis Barbosa. Ou no de Pernambuco, entregue ao acadêmico e poeta Mauro Mota.


Seja como seja, as restrições do fiel conterrâneo, de testa franzida para a minha nomeação, foram em verdades úteis: valeram por uma advertência a mais. Quando um homem de boa saúde intelectual e formação realmente superior nos aparece indisposto e descrente em face da instituição Arquivo ou pelo menos em face do Arquivo nosso — como se nele pudesse apenas ver uma antologia de poeira e traça, ponto ideal de sonolência em público — não há senão concluir que a esse desconceito melancólico, teremos todos, governo e comunidade, de continuar opondo, mais do que nunca, o nosso próprio conceito reparador e urgente. Não é polêmica; é serviço público — e serviço de benemerência cultural.

Aqui fica para o meu amigo, a propósito da sua "estranheza" e do seu quase protesto, este projeto, não direi de carta aberta, mas de uma errata diferente: errata cordial...

GRÁFICA **MEC** EDITORA LTDA.

Av. Professor Manoel de Abreu, 850 - V. Isabel

TEL. 248-1428 - R.J.


Fas. 703
Arquivo
v.4 n.3
dez.1976